

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA
DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR DA
FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO – FUNAG

13/03/2019

Aos 13 dias do mês de março de 2019, às 10:30 horas, realizou-se na sala Rui Barbosa, localizada no Palácio Itamaraty em Brasília-DF, a reunião do Conselho de Administração Superior da Fundação Alexandre de Gusmão – FUNAG, de acordo com o art. 9º do estatuto da FUNAG, aprovado pelo decreto nº 5.980, de 6 de dezembro de 2006, publicado no Diário Oficial da União, Seção I, do dia 7 de dezembro de 2006.

Compareceram à reunião do Conselho, na qualidade de membros: embaixador Otávio Brandelli, secretário-geral das Relações Exteriores, que o presidiu; embaixadora Eugenia Barthelmess, secretária de Negociações Bilaterais e Regionais nas Américas, interina; embaixador João Pedro Corrêa Costa, secretário de Gestão Administrativa; embaixador Alessandro Warley Candeas, secretário de Assuntos de Soberania Nacional e Cidadania, interino; embaixador Reinaldo José de Almeida Salgado, secretário de Negociações Bilaterais na Ásia, Oceania e Rússia; embaixador João Genésio de Almeida Filho, secretário de Política Externa Comercial e Econômica, interino; embaixadora Márcia Donner Abreu, secretária de Comunicação e Cultura; ministro Pedro Gustavo Ventura Wollny, chefe do Gabinete do ministro de Estado; ministro Kenneth Félix Haczynski da Nóbrega, secretário de Negociações Bilaterais no Oriente Médio, Europa e África; e ministro Roberto Goidanich, presidente da FUNAG. Também participaram, como convidadas, a embaixadora Maria Stela Pompeu Brasil Frota, diretora designada do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais da FUNAG, e a embaixadora Gisela Maria Figueiredo Padovan, diretora-geral do Instituto Rio Branco. A reunião foi secretariada, conforme determinação estatutária, pelo chefe da Procuradoria Federal junto à FUNAG, procurador federal Orlando de Luca Júnior.

O embaixador Otávio Brandelli, na presidência do Conselho, colocou em pauta a seguinte agenda, que foi aprovada pelo Conselho:

- I – Relatório de gestão de 2018;
- II – Plano de Trabalho Anual 2019;
- III – Orçamento para 2019;
- IV – Conselho Editorial;
- V – Plano de Mídia Eletrônica;

:

VI – Parâmetros para pagamento de palestras, conferências e direitos autorais;

VII – Outros assuntos.

I – Relatório de gestão de 2018

Após breve esclarecimento, por parte do procurador federal Orlando de Luca Júnior, sobre a composição do Conselho em vista da recente modificação na estrutura administrativa do Ministério das Relações Exteriores, o ministro Roberto Goidanich discorreu sobre o relatório de gestão da FUNAG sobre o exercício de 2018, recomendando sua aprovação sem ressalvas. O Conselho aprovou o relatório de gestão, que consta como anexo I.

II – Programa de Trabalho Anual 2019

Após a apresentação do programa de trabalho da FUNAG para 2019, por parte do presidente da Fundação, os membros do Conselho apresentaram diversas sugestões, que foram incorporadas ao texto. A versão revisada do programa de trabalho, que consta como anexo II, foi aprovada pelo Conselho.

III – Orçamento para 2019

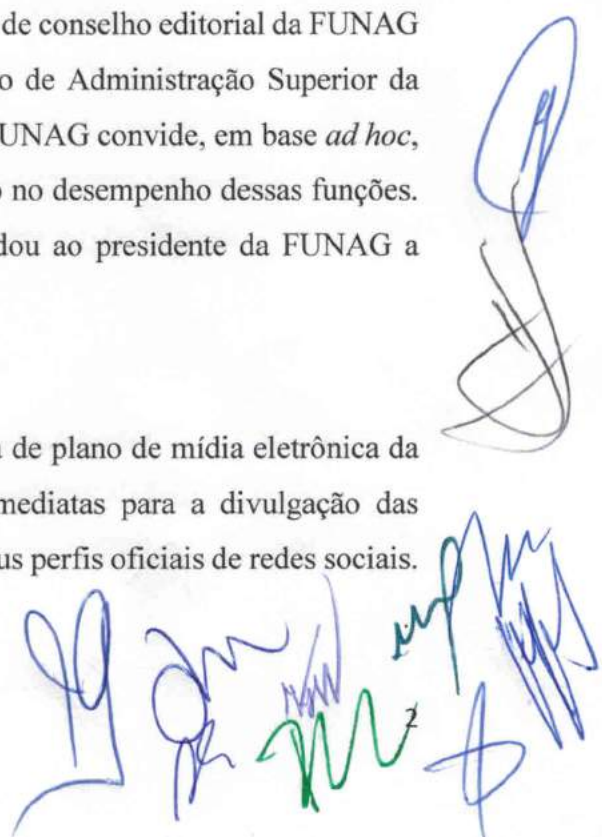
O Conselho tomou conhecimento do orçamento da FUNAG para 2019, parte integrante do Orçamento Geral da União, sancionado pelo presidente da República. A execução do orçamento terá por base o programa de trabalho aprovado pelo Conselho.

IV – Conselho Editorial

O presidente do Conselho propôs que as funções de conselho editorial da FUNAG passassem a ser desempenhadas pelo próprio Conselho de Administração Superior da Fundação, com a possibilidade de que o presidente da FUNAG convide, em base *ad hoc*, acadêmicos com notório saber para auxiliar o Conselho no desempenho dessas funções. A proposta foi acolhida pelo Conselho, que recomendou ao presidente da FUNAG a dissolução do atual conselho editorial da Fundação.

V – Plano de Mídia Eletrônica

O presidente da FUNAG apresentou a proposta de plano de mídia eletrônica da Fundação, que estabelece diretrizes gerais e ações imediatas para a divulgação das atividades da FUNAG em seu sítio institucional e em seus perfis oficiais de redes sociais.



O plano de mídia eletrônica, que consta do anexo III da presente ata, foi aprovado pelo Conselho.

VI – Parâmetros para pagamento de palestras, conferências e direitos autorais

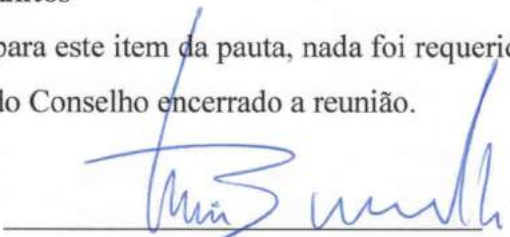
O presidente da Fundação explicou que a portaria que estabeleceu parâmetros de pagamento para direitos autorais sobre obras e palestras editadas e promovidas pela FUNAG foi editada em 2008, sem alteração de seus valores até hoje, pelo que sugeriu sua correção monetária. A proposta foi aprovada pelo Conselho, tendo sido sugerido os seguintes valores:

- a) R\$ 7.500,00 para pagamento de direitos autorais sobre textos a serem debatidos nos eventos.
- b) R\$ 5.500,00 para pagamento de palestras, seguida de debates em eventos.
- c) R\$ 10.000,00 para pagamento de conferências formadas por temas específicos proferidas por apenas um especialista.

Houve consenso no Conselho quanto à necessidade de restringir ao máximo esse tipo de pagamento, que será uma ferramenta destinada, sobretudo, para atração de renomados especialistas com notório saber.

VII – Outros assuntos

Aberta a palavra para este item da pauta, nada foi requerido ou proposto, tendo o presidente em exercício do Conselho encerrado a reunião.


Otávio Brandelli
Embaixador
Secretário-Geral das Relações Exteriores.


Eugenia Barthelmess
Embaixadora
Secretária de Negociações Bilaterais e Regionais nas Américas, interina


João Pedro Côrrea Costa
Embaixador
Secretário de Gestão Administrativa





Alessandro Warley Candeas
Embaixador
Secretário de Assuntos de Soberania
Nacional e Cidadania, interino



Reinaldo José de Almeida Salgado
Embaixador
Secretário de Negociações Bilaterais na
Ásia, Oceania e Rússia.



João Genésio de Almeida Filho
Embaixador
Secretário de Política Externa Comercial
Econômica, interino



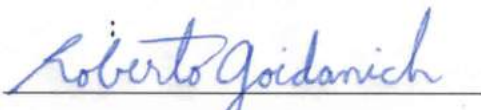
Márcia Donner Abreu
Embaixadora
Secretária de Comunicação e Cultura



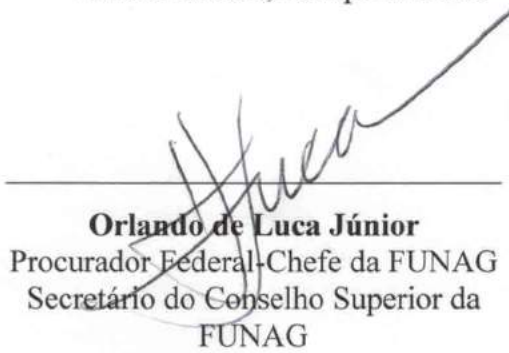
Pedro Gustavo Ventura Wollny
Ministro
Chefe de Gabinete do Ministro de Estado



Kenneth Félix Haczynski da Nóbrega
Ministro
Secretário de Negociações Bilaterais no
Oriente Médio, Europa e África



Roberto Goidanich
Ministro
Presidente da FUNAG



Orlando de Luca Júnior
Procurador Federal-Chefe da FUNAG
Secretário do Conselho Superior da
FUNAG





ANEXO I

Relatório de Gestão Integrado Exercício de 2018

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA
Fundação

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO (FUNAG)
Unidade Prestadora de Contas

RELATÓRIO DE GESTÃO INTEGRADO
EXERCÍCIO DE 2018

Brasília/2019

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA
Fundação

**Unidade Prestadora de Contas (UPC): FUNDAÇÃO
ALEXANDRE DE GUSMÃO (FUNAG)**

RELATÓRIO DE GESTÃO INTEGRADO
EXERCÍCIO DE 2018

Relatório de Gestão do exercício de 2018 para atendimento aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da instrução normativa TCU nº 63/2010, das decisões normativas TCU nº 170/2018 e nº 172/2018, portaria TCU nº 369/2018, bem como demais orientações legais pertinentes.

Unidade responsável pela elaboração: Fundação Alexandre de Gusmão

Brasília, 2019

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
AFD	Assentamento Funcional Digital
AIIA	<i>Australian Institute of International Affairs</i>
AINT/FUNAG	Auditoria Interna da Fundação Alexandre de Gusmão
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CDS	Conselho de Defesa Sul-Americano
CEBRI	Centro Brasileiro de Relações Internacionais
CGAOF/FUNAG	Coordenação-Geral de Administração, Orçamento e Finanças da Fundação Alexandre de Gusmão
CGRC	Comitê de Governança, Riscos e Controle da FUNAG
CGU	Controladoria-Geral da União
CHDD/FUNAG	Centro de História e Documentação Diplomática da Fundação Alexandre Gusmão
CIEE	Centro de Integração Empresa-Escola
CISSET/MRE	Secretaria de Controle Interno do Ministério das Relações Exteriores
COF/MRE	Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças do Ministério das Relações Exteriores
CORE	Conferência sobre Relações Exteriores
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CREDN	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional
CTI/FUNAG	Comitê de Tecnologia da Informação da Fundação Alexandre de Gusmão
DAS	Direção e Assessoramento Superior
DEMA/MRE	Divisão do Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores

DLV/MRE	Divisão do Levante do Ministério das Relações Exteriores
DN	Decisão Normativa
DOM/MRE	Departamento do Oriente Médio do Ministério das Relações Exteriores
DOU	Diário Oficial da União
DPB/MRE	Divisão de Agricultura e Produtos de Base do Ministério das Relações Exteriores
DRH/MRE	Divisão de Recursos Humanos do Ministério das Relações Exteriores
ENERI	Encontro Nacional de Estudantes de Relações Internacional
e-OUV	Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal
ERCE	Estrutura Remuneratória de Cargos Especiais
ESG	Escola Superior de Guerra
e-SIC	Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão
ESUDE/UNASUL	Escola Sul-Americana de Defesa da União de Nações Sul-Americanas
EUA	Estados Unidos da América
FAAP	Fundação Armando Alvares Penteado
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FCPE	Funções Comissionadas do Poder Executivo
FENACON	Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas
FERISP	Fórum Estadual de Relações Internacionais
FUNAG	Fundação Alexandre de Gusmão
GDACE	Gratificação de Desempenho de Atividade de Cargos Específicos
GDPGPE	Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo
GSI/PR	Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República

HDB	História Diplomática do Brasil
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBRACH	Instituto Brasileiro de Capacitação Humana
IFAT	<i>Institute for Foreign Affairs and Trade</i>
IIRC	<i>International Integrated Reporting Council</i> (Conselho Internacional para Relato Integrado)
IN	Instrução normativa
INESDYC	Instituto de Educação Superior em Formação Diplomática e Consular, órgão Acadêmico do Ministério de Relações Exteriores da República Dominicana
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPRI/FUNAG	Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais da Fundação Alexandre de Gusmão
IRI/USP	Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo
IRICE	Instituto de Relações Internacionais e de Comércio Exterior
ISBN	<i>International Standard Book Number</i>
ISRI	Instituto Superior de Relações Internacionais do Ministério de Relações Exteriores de Angola
KOBE <i>University</i>	Universidade Nacional japonesa localizada na cidade de Kobe
LAI	Lei de Acesso à Informação
LOA	Lei Orçamentária Anual
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MOBI	Mobipocket eBook Formato Digital de livros exclusivo da Amazon
MPDG	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MRE	Ministério das Relações Exteriores

MUNDMU	<i>Model United Nations</i>
NBC T	Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica
NTII/FUNAG	Núcleo de Tecnologia da Informação e Informática da Fundação Alexandre de Gusmão
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONU	Organização das Nações Unidas
PAINT	Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna
PEB	Política Externa Brasileira
PGPE	Plano Geral de Cargos do Poder Executivo
PPA	Plano Plurianual
PSI	Política de Segurança da Informação
PSL	Plano de Gestão de Logística Sustentável
RAINT	Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna
RGPS	Regime Geral da Previdência Social
RI	Relações Internacionais
RIEB	Revista do Instituto de Estudos Brasileiros
RP	Restos a Pagar
SCDP	Sistema de Concessão de Diárias e Passagens
SEI	Sistema Eletrônico de Informação
SIGPLAN	Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Governo Federal
SIORG	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SGALC/MRE	Subsecretaria-Geral da América Latina e do Caribe do Ministério das Relações Exteriores
SGAO/MRE	Subsecretaria-Geral da África e do Oriente Médio do Ministério das Relações Exteriores
SGASP/MRE	Subsecretaria-Geral da Ásia e do Pacífico do Ministério das Relações Exteriores

SGEAM/MRE	Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos Multilaterais, Europa e América do Norte do Ministério das Relações Exteriores
SGEB/MRE	Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior do Ministério das Relações Exteriores
SGEF/MRE	Subsecretaria-Geral de Assuntos Econômicos e Financeiros do Ministério das Relações Exteriores
SGL	Sistema de Gerenciamento de Livros
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
SIAPÉ	Sistema Integrado de Administração de Pessoal
SIASG	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIASS	Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor
SIGEM	Sistema de Cadastro de Mídias
SINUS	Simulação das Nações Unidas para Secundaristas
SIPEC	Sistema de Pessoal Civil
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TCU	Tribunal de Contas da União
TELEBRAS	Telecomunicações Brasileiras S.A
TI	Tecnologia da Informação
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas
UNIPÍ	Universidade do Pireu, Grécia
UNSP	<i>United Nations Model</i>
UPC	Unidade Prestadora de Contas
USB	<i>Universal Serial Bus</i>
USP	Universidade de São Paulo
VUFO	União do Vietnã de Organizações de Amizade

LISTA DE TABELAS, QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS

Figura 1 - Organograma	16
Figura 2 - Modelo de negócios - cadeia de valor da FUNAG	18
Figura 3 - Governança e Estrutura Organizacional FUNAG	21
Figura 4 - Modelo de gestão e controle da FUNAG	25
Figura 5 - Gestão de riscos no plano de negócios e gestão	26
Figura 6 – Programa de trabalho anual	36
Figura 7 - Estratégias e indicadores de <i>performance</i>	37
Figura 8 – Remuneração dos servidores – Quadro de Pessoal/FUNAG.....	52
Figura 9 - Tipos de Instituição	52
Figura 10 - Contratos Associados aos objetivos Estratégicos.....	56
Figura 11 - Recursos aplicados em TI.....	61
Figura 12 - Consumo de Papel	68
 Tabela 1 - Canais de Comunicação.....	 23
Tabela 2 - Orçamentos dos exercícios 2017 e 2018 / execução.....	44
Tabela 3 - Despesa de Pessoal	50
Tabela 4 - Ações de Capacitação	53
Tabela 5 - Capacitação/valor investido	53
Tabela 6 - Atribuições do Comitê de TI.....	61
Tabela 7 - Contratações de recursos de TI	62
Tabela 8 - Sistemas e Projetos na área de TI	63
Tabela 9 - Estimativa de Custos.....	66
Tabela 10 - Balanço Patrimonial - Ativo	70
Tabela 11 - Balanço Patrimonial - Passivo	70
Tabela 12 - Variação patrimonial.....	70
Tabela 13 - Variações patrimoniais	71
Tabela 14 - Balanço orçamentário	71
Tabela 15 - Receitas e despesas	71
Tabela 16 - Restos a pagar não processados	72
Tabela 17 - Balanço financeiro	73
Tabela 18 - Fluxo de caixa	73
Tabela 19 - Quadro demonstrativo de apontamentos - TCU	77

SUMÁRIO

2- MENSAGEM DO DIRIGENTE MÁXIMO DA UNIDADE	11
3- VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO	14
3.1. Missão da FUNAG	15
3.2. Visão e Valores da FUNAG	15
3.3. Estrutura organizacional da Unidade Prestadora de Contas – UPC	15
3.5. Ambiente Externo	16
3.6. Modelo de Negócios (ou cadeia de valor)	18
4- PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA	19
4.1. Principais objetivos estratégicos	20
4.2. Planos para implementar as prioridades estratégicas	20
4.3. Descrição das estruturas de governança	21
4.4. Principais canais de comunicação com a sociedade e partes interessadas	23
5- GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	24
5.1. Gestão de riscos e controles internos: vinculação entre riscos e objetivos estratégicos, riscos significativos quantificados e medidas de mitigação no exercício	25
6- RESULTADOS DA GESTÃO	27
6.1. Resultados alcançados frente aos objetivos estratégicos (ou cadeia de valor) e às prioridades da gestão	27
6.2. Principais programas e projetos/iniciativas	28
6.3. Indicadores de desempenho quantificados e alinhados aos objetivos	36
6.4. Avaliação equilibrada dos objetivos alcançados e do desempenho em relação às metas	37
6.5. Monitoramento das metas alcançadas	38
6.6. Justificativas para o resultado	38
6.7. Perspectiva para os próximos exercícios: desafios e incertezas que a UPC provavelmente enfrentará ao perseguir o seu planejamento estratégico	39
7- ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	40
7.1. Estratégia para alcançar os principais objetivos da UPC e planos de alocação de recursos para implementar essa estratégia no exercício, assim como principais desafios e ações futuras	40
7.2. Gestão Orçamentária e Financeira	43
7.3. Gestão de Pessoas	47
7.4. Gestão de Licitações e Contratos	54
7.5. Gestão Patrimonial e Infraestrutura	58
7.6. Gestão da Tecnologia da Informação	60

7.7.	Gestão de Custos	65
7.8.	Sustentabilidade Ambiental.....	67
8-	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	69
8.1.	Declaração do Contador	69
8.2.	Demonstrativos Contábeis.....	70
8.3.	Demonstrativo de execução dos restos a pagar não processados.....	72
8.4.	Balanço Financeiro.....	72
8.5.	Demonstrações de Fluxo de Caixa	73
8.6.	Notas Explicativas.....	74
9-	OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES	76
9.1.	Resumo do processo para determinar a materialidade das informações e descrição dos limites do relato e de como esse limite foi determinado	76
9.2.	Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU	77
9.3	Parecer ou Relatório da Unidade de Auditoria Interna	78

2- SEÇÃO 2 (ANEXO II DA DN TCU Nº 170/2018)

2- MENSAGEM DO DIRIGENTE MÁXIMO DA UNIDADE

O presente relatório de gestão refere-se ao exercício de 2018 e trata das informações da Unidade Prestadora de Contas (UPC) Fundação Alexandre de Gusmão - FUNAG, fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e órgão da administração indireta. Sua elaboração tem como base as disposições contidas na instrução normativa nº 63/2010, nas decisões normativas TCU nº 170/2018 e 172/2018, e na portaria TCU nº 369/2018.

A FUNAG executou, no decorrer de 2018, uma ampla e intensa agenda de atividades. Por meio da promoção de debates, que contaram com a participação de diplomatas, especialistas nacionais e internacionais, do meio acadêmico e privado, foram realizadas três conferências; quinze seminários; um curso para diplomatas; sete mesas-redondas; dois workshops; 55 palestras; e uma reunião especializada. Foram implementadas, ainda, duas exposições; três participações institucionais em feiras e bienais de livros; vinte e três pesquisas; e publicadas trinta e cinco obras especializadas, disponibilizadas ao público em geral, em especial pela internet, por intermédio do sítio eletrônico www.funag.gov.br e divulgadas pelas redes sociais.

Em 2018, a Fundação manteve-se na liderança editorial brasileira em número e diversidade de obras publicadas sobre temas de política externa, relações internacionais e história diplomática do Brasil. Seu acervo superou mil livros publicados e sua biblioteca digital dispõe de mais de setecentos títulos entre clássicos e outras obras sobre temas contemporâneos da agenda internacional e ligados à memória da diplomacia brasileira, tendo sido disponibilizados trinta e três novos e-books. O acesso digital gratuito a esse rico acervo tem contribuído para a democratização do conhecimento das relações internacionais e permitido à literatura brasileira nesse campo alcançar os grandes centros editoriais formadores de opinião no mundo.

O sítio eletrônico da FUNAG teve mais de dois milhões de acessos e a biblioteca digital teve mais de um milhão de *downloads* gratuitos das obras, em 2018, no Brasil e no Exterior.

Com o intuito de ampliar a acessibilidade ao conhecimento sobre as relações internacionais, as publicações são disponibilizadas na biblioteca digital da FUNAG, também, no formato .MOBI, que é compatível com os *softwares* de leitura para portadores de deficiência visual.

A Fundação está presente nas principais mídias sociais (Facebook, Twitter, YouTube e Instagram), o que contribui para a divulgação das suas atividades e publicações disponibilizadas.

Hoje são cerca de quinze mil seguidores da FUNAG somente no Facebook, além das demais redes sociais.

Além do Ministério das Relações Exteriores, em 2018, foram ampliadas as parcerias com entidades nacionais e estrangeiras, com vistas a implementação de atividades conjuntas voltadas à difusão e inserção das obras da FUNAG nos principais mercados editoriais do mundo, tendo sido formalizados dez acordos e memorandos de entendimento.

Como parte do esforço de divulgação, difusão e reflexão sobre temas das relações internacionais e da história diplomática brasileira, no exercício de 2018, foram entregues cerca de vinte mil publicações às bibliotecas, às instituições e aos formadores de opinião, no Brasil e em outros cento e quarenta países.

Anualmente, a FUNAG realiza a “Conferência sobre Relações Exteriores – CORE”, ocasião em que são debatidos temas das relações internacionais e tendências do cenário internacional, com a participação dos coordenadores dos cursos de Relações Internacionais de todo o país, além de diplomatas, especialistas e estudantes. As sessões, normalmente, são transmitidas ao vivo e disponibilizadas no portal da FUNAG, contribuindo para a promoção de suas atividades e também para o debate e a divulgação dos temas relevantes da política externa brasileira.

A “Conferência Brasileiros no Mundo”, realizada em conjunto com o Ministério das Relações Exteriores, teve, em 2018, sua sexta edição, e contou com a participação de representantes das comunidades brasileiras de todos os continentes, o que vem contribuindo para significativos avanços voltados ao atendimento das necessidades dos brasileiros que se encontram em outros países.

A FUNAG realiza também cursos para diplomatas estrangeiros, que são instrumentos de aprofundamento do conhecimento sobre o Brasil por parte de integrantes da diplomacia de outros países. Em 2018, foi realizado o II Curso para Diplomatas de Países-Membros da CPLP.

A FUNAG participa, desde 2014, com o IPEA, da reunião do Conselho de *Think Tanks* e do Fórum Acadêmico do BRICS. O último foi realizado em 2018, na África do Sul. Além disso, desde julho de 2018, a FUNAG passou a integrar a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), como Observadora Consultiva.

A FUNAG manteve-se entre os principais *think tanks* governamentais do mundo, de acordo com o estudo *Global Think Tank Index Report*, da Universidade da Pennsylvania, publicado em janeiro de 2019, passando da 44ª posição para 41ª. Esse estudo, reconhecido internacionalmente, é realizado desde 1989 e analisa o papel de centros de pesquisa e de

pensamento junto a governos e sociedades no mundo.

No campo da governança, riscos, controles e integridade, a Fundação realizou, em 2018, as seguintes iniciativas:

- Instituiu a ouvidoria e nomeou o ouvidor dentre os servidores da FUNAG;
- Criou o programa de integridade e designou a comissão de ética como ponto focal para atuar de forma permanente nas ações de integridade, que são acompanhadas pelo ouvidor e pelo auditor chefe; e implementou o comitê de governança, riscos e controles.

A Fundação encaminhou, tempestivamente, ao Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União – CGU as atividades relacionadas à implementação e à aprovação do plano de integridade, o que correspondeu ao cumprimento de 100% das obrigações contidas no decreto nº 9.203/2017 e demais legislações que regem a matéria, como pode ser observado no painel de integridade pública da CGU.

Os processos e atos de gestão da FUNAG, desde janeiro de 2018, foram totalmente informatizados, tramitando todos os documentos em meio eletrônico, por intermédio do SEI – Sistema Eletrônico de Informação. Ainda no campo da tecnologia da informação, no que tange aos recursos humanos da Fundação, todas as informações sobre os servidores que integram a sua força de trabalho encontram-se disponibilizadas no AFD (Assentamento Funcional Digital) do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, atual Ministério da Economia. Foi concluído e testado, em dezembro de 2018, o novo sistema de vendas digitais (loja virtual da FUNAG) e controle de estoques de livros para utilização a partir de janeiro de 2019.

As medidas de racionalização, economia e a dedicação dos servidores e colaboradores permitiram manter elevados os padrões de eficiência, eficácia e qualidade do trabalho da Fundação, bem como o cumprimento de suas metas e competências institucionais, apesar de limitações do orçamento e da força de trabalho.

3 - SEÇÃO 3 (ANEXO II DA DN TCU Nº 170/2018)

3- VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE **EXTERNO**

Informações Gerais da Conta

Identificação da Unidade Prestadora de Contas (UPC)

Órgão/entidade:	Fundação Alexandre de Gusmão
Sigla:	FUNAG
CNPJ:	00.662.197/0001-24

Endereço Institucional

País	Brasil	CEP:	70.170-900
Endereço:	MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES – MRE ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS BLOCO H, ANEXO II, TÉRREO, SALA 1		
Cidade:	Brasília	UF:	DF

Dados de Contato

Telefone:	(61) 2030-9123
E-mail institucional:	funag@funag.gov.br
Página na Internet:	www.funag.gov.br

Órgãos

35201	–	FUNDAÇÃO	ALEXANDRE	DE	GUSMÃO
-------	---	----------	-----------	----	--------

Unidades Gestoras

244001	-	FUNDAÇÃO	ALEXANDRE	DE	GUSMÃO
--------	---	----------	-----------	----	--------

3.1. Missão da FUNAG

A missão institucional da FUNAG é difundir os temas da política externa, das relações internacionais e da história diplomática, de modo a torná-los mais acessíveis à sociedade.

3.2. Visão e Valores da FUNAG

A FUNAG é uma fundação pública que atua na ampliação do acesso ao conhecimento, promovendo reflexões e divulgando os temas da política externa brasileira, das relações internacionais e da história diplomática do País.

Os valores da FUNAG e de seus colaboradores são pautados pelos princípios, normas e regras da Administração Pública. A atuação da Fundação se dá em consonância com as suas competências institucionais, com o Ministério das Relações Exteriores – MRE, ao qual é vinculada, e com as diretrizes governamentais.

3.3. Estrutura organizacional da Unidade Prestadora de Contas – UPC

A Fundação Alexandre de Gusmão – FUNAG teve sua criação autorizada pela lei nº 5.717, de 26 de outubro de 1971, e foi instituída pelo decreto nº 69.553, de 18 de novembro de 1971.

A estrutura organizacional da Fundação foi definida pelo decreto nº 5.980, de 06 de dezembro de 2006, e pelo decreto nº 8.911, 22 de novembro de 2016, que dispõem sobre o estatuto da Fundação, em vigor desde o dia 15 de dezembro de 2016. O regimento interno, contendo os detalhamentos dos referidos decretos, foi aprovado pela portaria/FUNAG nº 9, de 9 de fevereiro de 2017, publicada no Diário Oficial da União do dia 10 de fevereiro de 2017.

A Ouvidoria foi instituída pela portaria/FUNAG nº 6, em 25 de janeiro de 2018, com as atribuições estabelecidas na legislação que rege a matéria na Administração Pública Federal. O ouvidor é escolhido entre os servidores da Fundação.

O Conselho Editorial tem caráter consultivo, não sendo uma unidade da estrutura da Fundação, e seus membros não são remunerados. Ele foi instituído para assessoramento consultivo ao presidente da Fundação, pela portaria/FUNAG nº 149/2012.

A Comissão de Ética da FUNAG foi criada nos termos dos decretos nº 1.171/1994 e nº 6.028/2007 como instância consultiva de seus dirigentes e servidores, cujas atribuições, forma de funcionamento e membros são designados na forma da legislação vigente, dentre os servidores do quadro de pessoal da Fundação, sem remuneração, por meio de portarias do presidente da FUNAG.

A estrutura organizacional da Fundação encontra-se disposta na forma do organograma abaixo.



Figura 1 - Organograma

3.5. Ambiente Externo

O Brasil implementa uma ampla agenda de política externa, que demanda reflexões sobre a multiplicidade de temas das relações internacionais contemporâneas, visando a elaboração de cenários, avaliações, estudos e subsídios para seus agentes públicos, formuladores e responsáveis por sua execução. A Fundação Alexandre de Gusmão contribui para esse exercício, tanto na formação no país de uma opinião pública sensível aos problemas da convivência internacional, quanto na preservação da memória diplomática do Brasil.

A Fundação atua em conformidade com as diretrizes de seu Conselho de Administração Superior, presidido pelo ministro de estado das Relações Exteriores e integrado pelo secretário-geral, pelos subsecretários-gerais, pelo chefe de gabinete do ministro e pelo presidente da FUNAG. Dessa forma, esta UPC trabalha em estreita coordenação com o Ministério das Relações Exteriores, ao qual se vincula, e mantém, ainda, parcerias com instituições nacionais e internacionais, que contribuem para a consecução de resultados de suas atividades finalísticas.

Parte significativa da atuação da FUNAG e de suas unidades específicas singulares, o Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais (IPRI) e o Centro de História e Documentação Diplomática (CHDD), baseia-se na promoção de debates, na realização de estudos e pesquisas que contam com a participação de diplomatas, acadêmicos, especialistas nacionais e estrangeiros sobre os importantes temas das relações internacionais, da política externa brasileira e da história diplomática do Brasil. A Fundação concorre para a difusão do pensamento da política externa brasileira, contribuindo para o aprofundamento das discussões sobre os temas da agenda internacional.

A FUNAG implementa um amplo programa editorial, sendo ela a instituição brasileira que mais publica obras especializadas sobre temas da política externa, das relações internacionais e da história diplomática brasileira. O interesse crescente da comunidade internacional no trabalho que vem sendo realizado pela Fundação vem se refletindo na expressiva quantidade de acessos ao seu sítio eletrônico e o *download* de suas obras. Além de influir sobre métodos e padrões operacionais, essa evolução implica desafios e oportunidades com relação às obras publicadas, cuja divulgação requer a ampliação de parcerias com entidades no país e no exterior. Os livros da Fundação estão presentes em cento e quarenta países.

Para melhor divulgar seu trabalho e motivar o público-alvo beneficiário das informações e dos resultados das pesquisas, no País e no exterior, as obras são publicadas também em meio digital e disponibilizadas gratuitamente na Biblioteca Digital da FUNAG, no portal www.funag.gov.br e divulgadas nas redes sociais. A FUNAG está presente nas principais mídias sociais (Facebook, Instagram, YouTube e Twitter). O Boletim Informativo da Fundação, transmitido ao seu público-alvo, permite o acompanhamento das atividades e dos livros publicados.

A Fundação realiza, anualmente, a “Conferência sobre Relações Exteriores - CORE”, que trata de diversos temas sobre o Brasil e as tendências do cenário internacional, com a participação de coordenadores dos cursos de Relações Internacionais de todo o país, diplomatas, especialistas e estudantes.

Nesse contexto, a FUNAG vem contribuindo, de um lado, para a democratização do conhecimento sobre temas das relações internacionais, da política externa e da história diplomática do país, e, de outro, para difundir o pensamento e a literatura brasileira especializada sobre os referidos temas junto aos mercados formadores de opinião no mundo.

3.6. Modelo de Negócios (ou cadeia de valor)

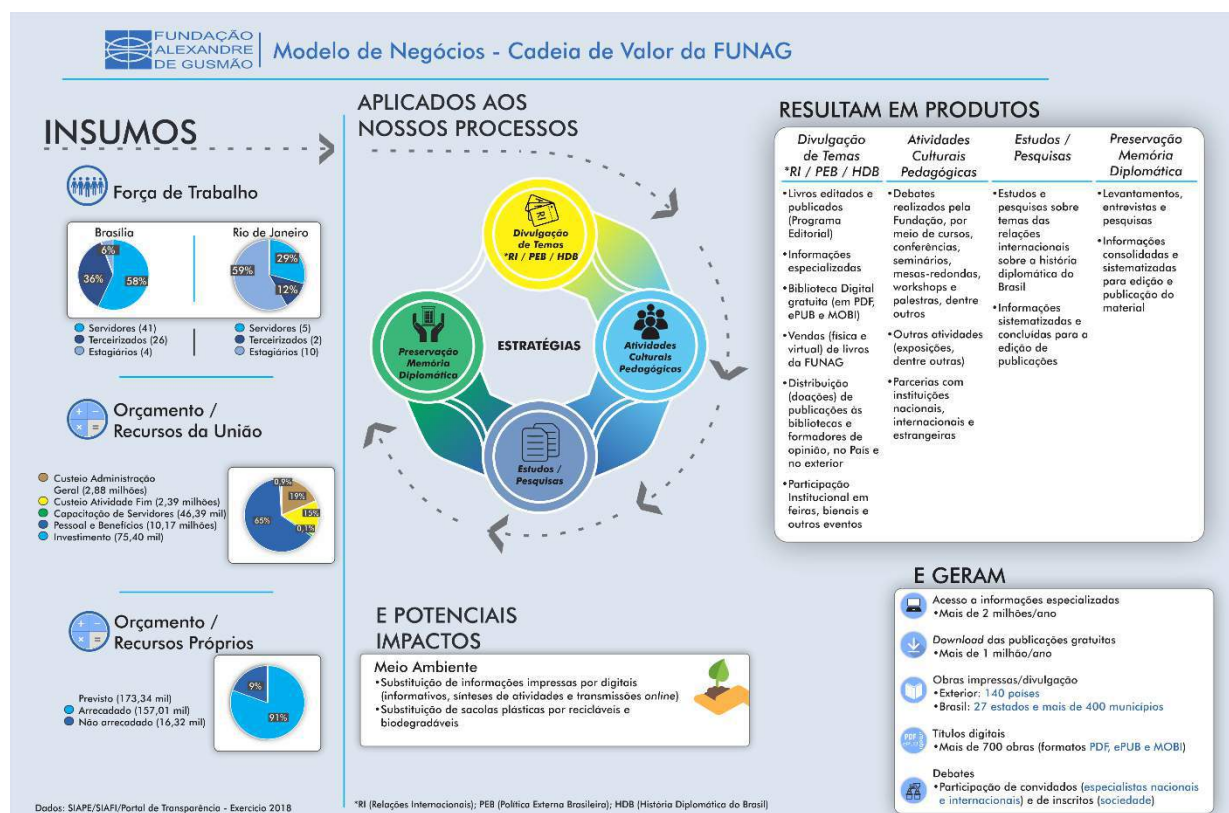


Figura 2 - Modelo de negócios - cadeia de valor da FUNAG

4 - SEÇÃO 4 (ANEXO II DA DN TCU Nº 170/2018)

4- PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA

- **Como a estrutura de governança apoia a capacidade da UPC de alcançar seus objetivos?**

Apesar de não ter sido possível a realização de um novo exercício de planejamento estratégico no âmbito da Fundação após 2007, a estrutura de governança da FUNAG vem atuando em consonância com as orientações governamentais e com as ferramentas disponíveis para o alcance dos objetivos da instituição, o que se vem refletindo em seus resultados, inclusive no âmbito do seu programa de trabalho anual, do PPA e nos campos estratégico, tático e operacional, racionalizando os insumos que dispõe e os seus processos institucionais e de trabalho.

O programa de trabalho anual da Fundação, submetido à aprovação do seu Conselho de Administração Superior, reflete a sua missão de difundir os temas da política externa, das relações internacionais e da história diplomática, de modo a torná-los mais acessíveis à sociedade, por meio da ampliação do acesso ao conhecimento, da promoção de reflexões e da divulgação.

A FUNAG é dirigida por um presidente, membro nato do seu Conselho de Administração Superior, responsável pela coordenação, direção e orientações no âmbito desta Unidade Prestadora de Contas. O presidente é o responsável legal sobre a gestão da Fundação, inclusive junto aos órgãos de controle interno e externo.

Os agentes públicos que integram a gestão tática da FUNAG são responsáveis pela execução das iniciativas previstas no programa de trabalho anual e pelas respectivas áreas meio e finalísticas, bem como o assessoramento ao presidente da instituição, dentro das suas áreas de competência. O grupo de gestão operacional é coordenado, monitorado e supervisionado pelo grupo de gestão tática.

A Ouvidoria, Auditoria Interna e Comissão de Ética atuam diretamente subordinadas ao presidente da FUNAG e de acordo com as normas e orientações legais dos sistemas de governo nas suas áreas de competência.

A Fundação vem cumprindo orientações, normas e prazos governamentais estabelecidos pela Administração Federal, quanto às questões de governança, de integridade, riscos e controles.

Nesse contexto, a agenda de atividades/iniciativas da FUNAG, estruturada com base nos seus objetivos e suas estratégias de atuação, tem sido viabilizada pela sua estrutura de governança, que, além de atuante, vem assegurando os resultados anuais ou acumulados desta UPC.

4.1. Principais objetivos estratégicos

A Fundação Alexandre de Gusmão trabalha com os seguintes objetivos estratégicos, em consonância com suas competências institucionais: I) divulgação de temas de relações internacionais, da política externa brasileira e da história diplomática do Brasil; II) promoção de atividades culturais e pedagógicas; III) promoção de estudos/pesquisas sobre temas de relações internacionais e sobre a história diplomática do país; e IV) preservação da memória diplomática.

4.2. Planos para implementar as prioridades estratégicas

Dos objetivos estratégicos resultam os seguintes macroprocessos: 1. divulgação de temas das relações internacionais, da política externa brasileira e da história diplomática do Brasil; 2. atividades culturais e pedagógicas; 3. estudos e pesquisas; e 4. preservação da memória diplomática.

Os principais produtos da FUNAG decorrentes dos referidos macroprocessos são: 1. debates realizados (cursos, seminários, conferências, *workshops*, mesas-redondas e palestras, dentre outros); 2. livros editados e publicados; 3. estudos e pesquisas realizados; e 4. informações especializadas e publicações divulgadas, em meio digital e físico.

Para a implementação das prioridades estratégicas são aportados os insumos necessários, em especial recursos humanos e recursos orçamentários/ financeiros, esses últimos com vistas a viabilizar a contratação dos demais insumos (materiais, logísticos e de tecnologia da informação), que decorrem de contratações, tais como transportes de cargas e encomendas para remessa das publicações às feiras/bienais e aos compradores da loja virtual da Fundação; serviços gráficos; tradução, versão e revisão de textos para a edição das obras; serviços de mão de obra terceirizada, em especial para as publicações, que implicam atividades de mídia eletrônica, de vendas, de divulgação e de distribuição; direitos autorais; e passagens aéreas, dentre outros.

Visando concretizar a implementação das prioridades estratégicas, o programa de

trabalho anual aprovado pelo Conselho de Administração Superior da FUNAG consolida as atividades previstas para o exercício, as quais são estabelecidas em consonância com o previsto no PPA e com o orçamento anual da Fundação, esse último aprovado por meio do orçamento geral da União.

Como responsável pela implementação da iniciativa “ampliação do acesso ao conhecimento das relações internacionais, com ênfase na política externa e na história diplomática brasileiras”, no âmbito do objetivo de “fortalecer a interlocução com a sociedade civil organizada, a academia e o setor privado brasileiros, com vistas a subsidiar as posições de governo nos órgãos e fóruns multilaterais e multissetoriais”, que integra o programa temático “Política Externa” do Plano Plurianual 2016-2019, do Governo Federal, o programa de trabalho anual da Fundação para o exercício de 2018 contempla a realização de conferências, curso para diplomatas estrangeiros, seminários, mesas-redondas, palestras, reunião especializada, exposição, participação em feiras e bienais, e a edição e publicação de obras especializadas sobre temas das relações internacionais, política externa e histórica diplomática do Brasil.

4.3. Descrição das estruturas de governança

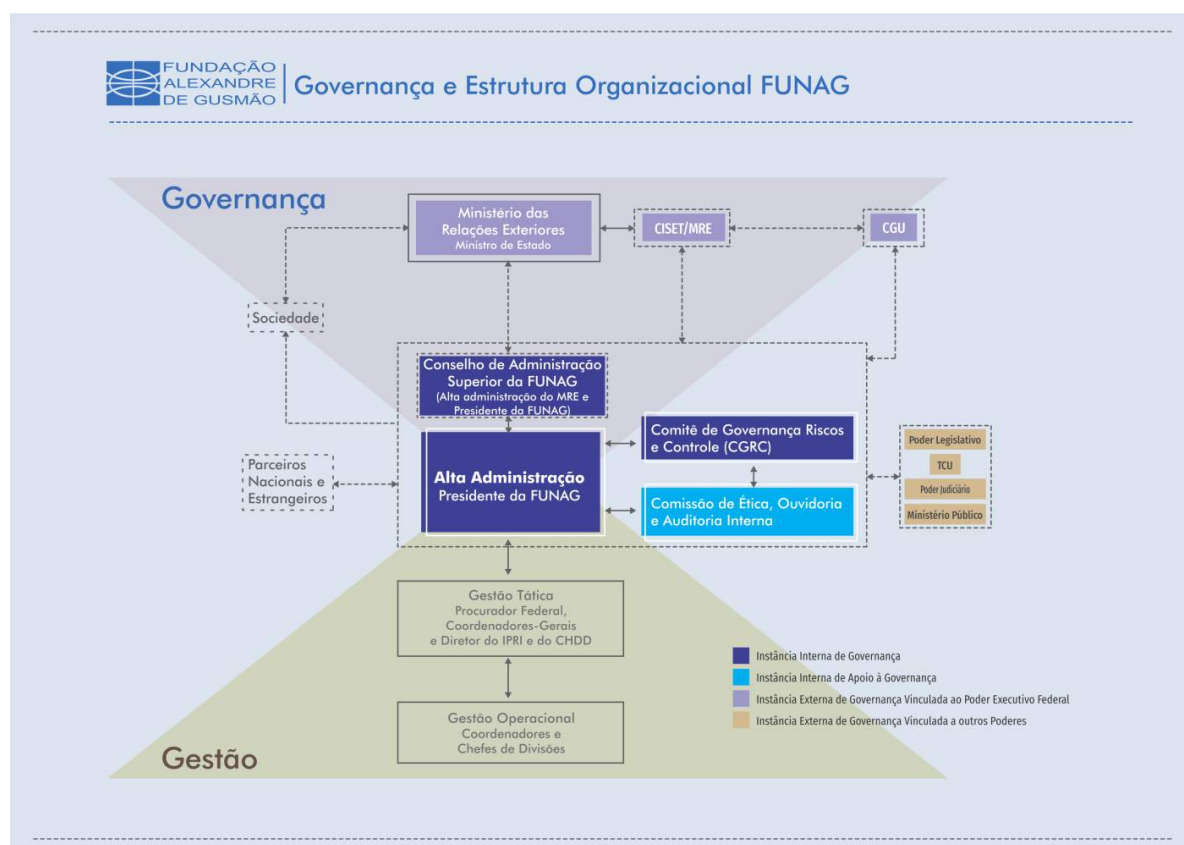


Figura 3 - Governança e Estrutura Organizacional FUNAG

O Conselho de Administração Superior da FUNAG é presidido pelo ministro de estado das Relações Exteriores e tem como principais competências: definir as diretrizes gerais; aprovar o orçamento, o programa anual de trabalho, o relatório de atividades e a prestação de contas anual; dentre outras.

A integração da FUNAG com o MRE, além da sua vinculação legal, define-se quando da elaboração do seu programa de trabalho, o qual é submetido à aprovação no contexto da Reunião Anual do Conselho de Administração Superior da Fundação.

A Fundação é dirigida por um presidente, titular responsável legal junto aos órgãos de controle interno e externo. Dentre outras competências, o titular da FUNAG administra e coordena as atividades dos seus órgãos seccionais e órgãos específicos singulares.

Em 25 de janeiro de 2018, pela portaria/FUNAG nº 6, foi instituída a Ouvidoria no âmbito da Fundação, sendo responsável pelo atendimento às demandas dos sistemas e-SIC e e-OUV e demais atribuições estabelecidas na legislação que rege a matéria na Administração Pública Federal. O ouvidor é designado pelo presidente, dentre os servidores do quadro de pessoal da FUNAG.

A Auditoria Interna da Fundação é exercida por um auditor-chefe, que mantém interface com a Secretaria de Controle Interno do Ministério das Relações Exteriores (CISSET/MRE), órgão setorial do Sistema de Controle Interno do Governo Federal do Ministério da Controladoria-Geral da União – CGU, e com os órgãos de controle externo.

O grupo de gestão tática desempenha suas atividades com base em diretrizes e orientação do presidente da FUNAG e o grupo de gestão operacional atua de acordo com os respectivos gestores táticos aos quais se subordinam.

Em atendimento às providências previstas nos artigos 14 e 20 do decreto nº 9.203/2017, a Fundação Alexandre de Gusmão instituiu o Comitê de Governança, Riscos e Controles por meio da portaria/FUNAG nº 33/2018 e o seu programa de integridade, contendo a coordenação da sua estruturação, execução e monitoramento, por meio da portaria/FUNAG nº 32/2018. As duas portarias FUNAG foram publicadas no Diário Oficial da União de 11 de maio de 2018.

A portaria/FUNAG nº 35, de 30 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 4 de junho de 2018, designou a Comissão de Ética da Fundação para atuar de forma permanente nas ações do programa de integridade, bem como o ouvidor e o auditor-chefe são responsáveis pelo seu acompanhamento.

4.4. Principais canais de comunicação com a sociedade e partes interessadas

Em atendimento à Lei de Acesso à Informação - LAI, a FUNAG disponibiliza os contatos institucionais, por meio do ícone “Contato”, no seu sítio eletrônico (www.funag.gov.br).

Como canal para encaminhamento de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões ou outras informações relacionadas à Fundação, como participante do “Simplifique!” do Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, é disponibilizado no seu sítio eletrônico um *link* para o e-OUV. Encontra-se no referido sítio, ainda, o ícone para o acesso por parte dos cidadãos ao Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão – e-SIC, do Governo Federal, do qual a Fundação é parte integrante.

A Comissão de Ética da FUNAG mantém um e-mail institucional para comunicação com a sociedade e partes interessadas.

Além disso, a FUNAG dispõe de outros canais de comunicação e de divulgação *on-line* estabelecidos em plataformas digitais globais como Facebook, Twitter, Instagram e YouTube.

Encontram-se descritos, a seguir, os canais de comunicação com as áreas responsáveis.

Assuntos	Contato	Responsável
Apresentar dúvida ou consulta relacionada à conduta ética de servidor da FUNAG	comissaodeetica@funag.gov.br	Comissão de Ética
Apresentar denúncia ou representação de infração a código de conduta ética	comissaodeetica@funag.gov.br	Comissão de Ética
	Sistema Informatizado de Ouvidorias do Poder Executivo Federal (e-OUV)	Ouvidoria Interna
Apresentar pedido de autorização ou consulta sobre a existência de conflito de interesses entre as atribuições do cargo e atividade privada que deseje desempenhar	Sistema Eletrônico de Prevenção de Conflito de Interesses (SeCI)	Divisão de Recursos Humanos
Apresentar denúncia, sugestão, elogio, reclamação ou solicitação de providência ou de simplificação de serviços.	Sistema Informatizado de Ouvidorias do Poder Executivo Federal (e-OUV)	Ouvidoria Interna
	Seção da Ouvidoria Interna na Intranet	
	Atendimento presencial - MRE Anexo II - térreo	
Apresentar requerimentos de acesso a informações	Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC)	Ouvidoria Interna

Tabela 1 - Canais de Comunicação

5 -SEÇÃO 5 (ANEXO II DA DN TCU Nº 170/2018)

5- GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

- **Quais são os riscos específicos que afetam a capacidade da UPC alcançar seus objetivos no exercício e como a UPC lida com eles?**

Alguns fatores restritivos foram identificados: 1) déficit na estrutura de recursos humanos, com reduzido número de servidores no quadro de pessoal da FUNAG, terceirizados e estagiários que integram a sua força de trabalho; 2) baixa remuneração dos servidores, que não contam com carreira específica no âmbito do Governo Federal, o que gera cessões mandatórias para outros órgãos de acordo com a legislação e vacâncias por força da atração de carreiras mais bem remuneradas; 3) a existência de muitas vagas no quadro de pessoal da Fundação, aguardando autorização para realização de concurso público para preenchimento, em Brasília e no Rio de Janeiro; e 4) recursos orçamentários limitados.

As reduções progressivas de recursos humanos sem a necessária substituição e as restrições orçamentárias constituem os desafios enfrentados por esta UPC. Dessa forma, a Fundação vem, nos últimos anos, realocando e otimizando a sua força de trabalho, por meio da racionalização dos processos e da utilização de novas ferramentas institucionais, em especial de tecnologias da informação, que possam permitir o cumprimento das metas, a preservação do conceito de excelência da instituição e o fortalecimento de sua imagem, condições necessárias ao seu reconhecimento nacional e internacional. .

No tocante aos recursos orçamentários, a FUNAG vem cumprindo a IN MPDG nº 05/2017, realizando nos meses de novembro/dezembro de 2018 seu planejamento referente às aquisições e contratações de materiais e serviços para o exercício seguinte, por modalidade abrangida pela lei nº 8.666/93 e suas alterações. Ademais, nesse esforço desta Unidade Prestadora de Contas, também vem sendo realizado planejamento anual para as renovações contratuais que serão necessárias no exercício seguinte. Tal planejamento vem contribuindo para racionalizar os recursos e melhor organizar as atividades das áreas envolvidas.

5.1. Gestão de riscos e controles internos: vinculação entre riscos e objetivos estratégicos, riscos significativos quantificados e medidas de mitigação no exercício

Em agosto de 2018, foi realizado levantamento para o gerenciamento de riscos à integridade, e seus resultados compõem o plano de tratamento de riscos e medidas de controle à integridade da FUNAG, conforme “modelo de gestão de riscos e controles” e “gestão de riscos no plano de negócios e gestão” abaixo.

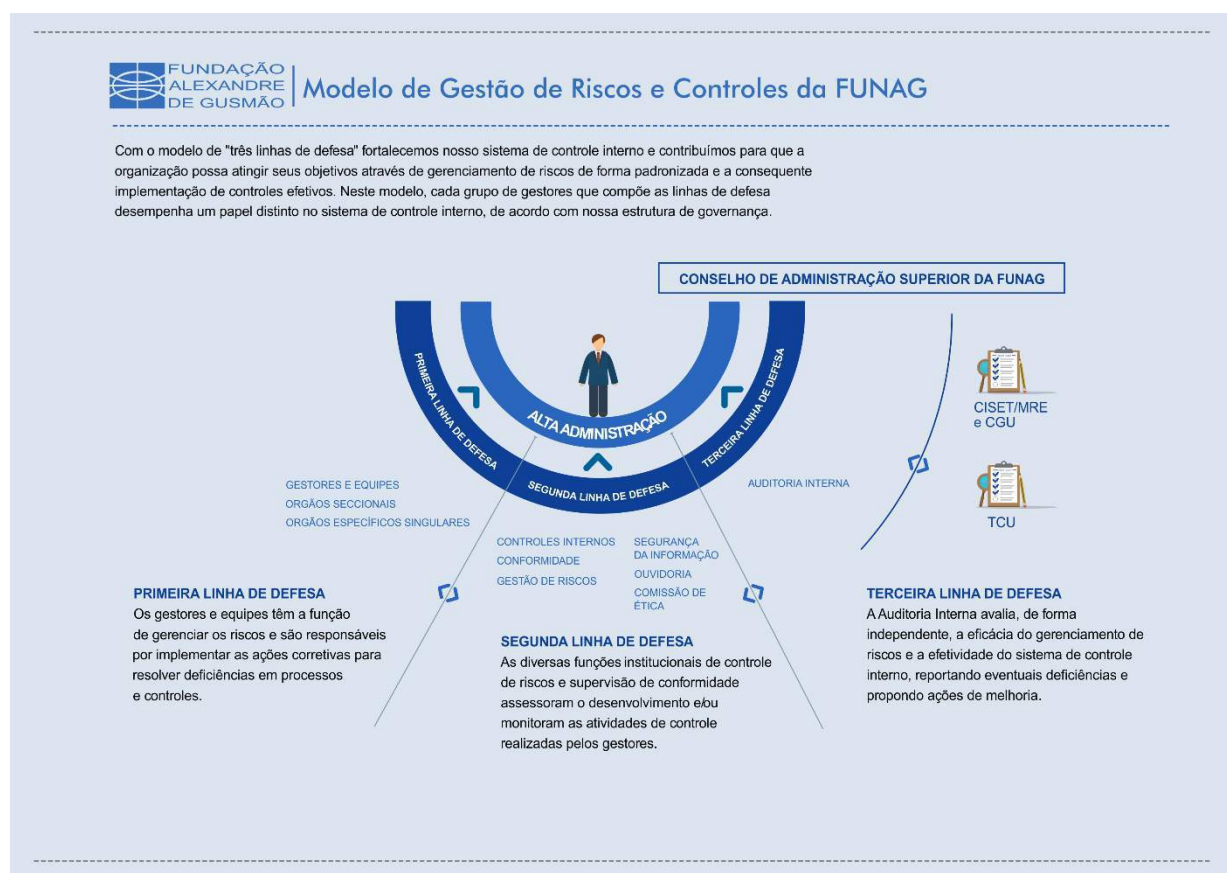


Figura 4 - Modelo de gestão e controle da FUNAG

Principais Riscos**GESTÃO DE INFORMAÇÕES**INFORMAÇÕES DISPONIBILIZADAS EM
MÍDIA ELETRÔNICA**Mitigação**

- Autorização prévia da Alta Administração para divulgações em site e redes sociais da Fundação
- Ações permanentes de criação e revisão de conteúdos
- Atualização das informações

GESTÃO DE PESSOAS

INFORMAÇÕES DE PESSOAL

- Controle e monitoramento
- Revisão de procedimentos e ajustes às novas legislações

**GESTÃO DE CONTRATAÇÕES
E CONTRATOS**

LICITAÇÃO E GESTÃO DE CONTRATOS

- Análise e parecer prévio da Procuradoria Federal da FUNAG sobre contratações em geral, editais, contratos e termos aditivos
- Controle monitoramento e fiscalização sobre a gestão/execução de instrumentos contratuais
- Disponibilização de informações no site da FUNAG e no Portal de Transparência, em atendimento à legislação vigente

GESTÃO DE ESTOQUE

PUBLICAÇÕES EDITADAS

- Controle e monitoramento dos estoques e registros
- Manutenção do sistema de estoque
- Contagem periódica dos livros em estoques

Figura 5 - Gestão de riscos no plano de negócios e gestão

6 - SEÇÃO 6 (ANEXO II DA DN TCU Nº 170/2018)

6- RESULTADOS DA GESTÃO

- **Até que ponto a UPC já alcançou seus objetivos estratégicos para o período e quais as perspectivas para os próximos exercícios?**

Os objetivos estratégicos vêm sendo alcançados regularmente, como espelham o presente Relatório de Gestão e os dos exercícios anteriores. Todos os esforços da gestão são voltados à implementação das iniciativas e entrega dos produtos previstos no programa de trabalho anual, aprovado pelo Conselho de Administração Superior da Fundação. Da mesma forma, a perspectiva é que para os próximos exercícios os objetivos estratégicos continuem a produzir os resultados almejados, anualmente, com foco nas diretrizes e políticas governamentais.

6.1. Resultados alcançados frente aos objetivos estratégicos (ou cadeia de valor) e às prioridades da gestão

Em consonância com os seus objetivos estratégicos, a Fundação, com seus órgãos seccionais, integrantes da sua estrutura interna, e os seus órgãos específicos singulares, esses últimos o Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais – IPRI e o Centro de História e Documentação Diplomática – CHDD, executou, no decorrer de 2018, uma ampla e intensa agenda de atividades, por meio da promoção de debates, com a realização de seminários, conferências, cursos, mesas-redondas, *workshops*, encontros e palestras, com a participação de diplomatas, especialistas nacionais e internacionais, do meio acadêmico e privado; a realização de pesquisas; e a edição e publicação de obras especializadas, disponibilizadas ao público em geral pela internet, por intermédio do sítio eletrônico www.funag.gov.br, vendidas em sua loja digital e física, entregues a instituições e formadores de opinião, no país e no exterior, e divulgadas pelas redes sociais.

Nesse contexto, os resultados correspondentes às metas alcançadas em 2018 foram: três conferências; quinze seminários; um curso para diplomatas; sete mesas-redondas; dois *workshops*; cinquenta e cinco palestras seguidas de debates; uma reunião especializada; duas exposições; três participações institucionais em feiras e bienais de livros; vinte e três pesquisas; e trinta e cinco obras editadas e publicadas.

6.2. Principais programas e projetos/iniciativas

Em 2018, foram realizadas cento e quarenta e sete iniciativas do programa de trabalho anual da FUNAG, com os seguintes resultados:

➤ Conferências: “Reunião de Consulta da América Latina e do Caribe como contribuição regional para o Pacto Global para Refugiados”, Brasília, 19 e 20 de fevereiro (parceria SGEAM/MRE/ACNUR); “VI Conferência Brasileiros no Mundo”, Salvador, 23 a 25 de maio (parceria com SGEB/MRE); e “VII Conferência sobre Relações Exteriores: o Brasil e as tendências do cenário internacional”, Recife, 2 e 3 de outubro (parceria com Faculdade DAMAS).

➤ Seminários: “O que é a América Latina? O Brasil faz parte?”, Rio de Janeiro, 6 de março (parceria com o Centro Brasileiro de Relações Internacionais – CEBRI); “Brazil – India: 70 Years of Diplomatic Relations”, Brasília, 16 e 17 de maio (parceria SGASP/MRE); “MERCOSUL-Aliança do Pacífico: reforçando os vetores da Integração”, Brasília, 5 de junho (parceria SGALC/MRE); “Diálogo com grupos de engajamento do G20”, Brasília, 19 de junho (parceria SGEF/MRE); “Quarenta anos do Tratado de Cooperação Amazônica-Sustentabilidade: Um paradigma para o desenvolvimento da Amazônia”, Brasília, 12 de julho (parceria SGALC/MRE/CREDN/Câmara dos Deputados); “*Brazil-Germany in a Multipolar World: Global and Regional Challenges*”, Brasília, 16 de agosto; “Agropecuária, pesca e alimentação na agenda da FAO: a sustentabilidade da política comercial brasileira”, Brasília, 5 de setembro (parceria DPB/SGEF/MRE); “Seminário sobre BRICS”, Brasília, 14 de setembro (parceria com o Instituto de Relações Internacionais e de Comércio Exterior – IRICE); “Seminário Internacional sobre Acesso e Repartição de Benefícios”, Brasília, 20 de setembro (parceria DEMA/MRE); “Jornada Maria José de Castro Rebello: um século de mulheres diplomatas no Itamaraty”, Brasília, 27 de setembro (parceria MRE); “Plano Nacional de Ação sobre Mulheres, Paz e Segurança: implementação e revisão”, Brasília, 1º de novembro (parceria

MRE/ONU Mulheres/Instituto Igarapé/Embaixadas do Canadá e do Reino Unido); “1918: da Guerra à Paz. São Paulo e a grande Guerra”, São Paulo, 5 de novembro (parceria FAAP); “Diálogos de inovação Brasil-China”, Rio de Janeiro, 13 e 14 de novembro (parceria CEBRI/IBRACH); “A Historiografia da Política Externa Brasileira”, Brasília, 22 de novembro; e “4º Seminário sobre Diplomacia e Inovação Científica: ambientes e redes de Inovação do BRICS”, Brasília, 22 de novembro.

➤ Curso para Diplomatas: “II Curso para Diplomatas dos Estados-Membros da CPLP”. Rio de Janeiro de 22 a 24 de agosto, e em Brasília de 27 a 31 de agosto (parceria SGAO/MRE).

➤ Mesas-redondas: “Temas da política externa brasileira: os próximos anos”, Brasília/DF, 22 de fevereiro; “Historiografia das Relações Internacionais do Brasil”, Brasília, 23 de fevereiro; “A Arábia Saudita em Transição”. Brasília, 28 de junho (parceria DOM/SGAO/MRE); “*Cutting the distance – Benefits and tensions from recent active engagement of China, Japan, and Korea in Latin America*” (parceria KOBE University/ RIEB), Brasília, 21 de agosto; “O Conflito Israel-Palestina no século XXI: Descaminhos, Direitos, Desafios”, Brasília, 4 de setembro (parceria DLV/SGAO/MRE); “O Setor de óleo, gás e biocombustível no Brasil – Análise de Cenário: British Petroleum”, Brasília, 18 de setembro; e “Israel e as questões do Oriente Médio”, Brasília, 28 de setembro”.

➤ Workshops: “Workshop Visão 2035: Brasil Desenvolvido”, Rio de Janeiro/RJ, 5 de março, organizado pelo BNDES; e “A agenda do Brasil para o BRICS: aonde chegamos e para onde vamos?”, Brasília, 3 de maio (parceria IPEA).

➤ Palestras: “Percursos Diplomáticos: Embaixador Alberto da Costa e Silva”, Rio de Janeiro, 15 de janeiro; “O Itamaraty e a cultura brasileira: Guimarães Rosa”, Brasília, 7 de fevereiro; “Percursos Diplomáticos: Embaixador Gelson Fonseca Junior”, Brasília, 23 de fevereiro; “Diálogos Internacionais – O Brasil na OCDE: onde estamos, para onde vamos?”, Brasília, 2 de março; “Globalização e agricultura: qual o lugar do Brasil?”, Brasília, 7 de março; “Diplomacia do etanol: desafios e perspectivas”, Brasília, 9 de março; “Diálogos Internacionais – Direitos Humanos no Brasil e no Mundo”, Brasília, 14 de março; “Diálogos Internacionais – A presença da China no Brasil e na América do Sul”, Brasília, 20 de março; “Diálogos Internacionais – Papel da Hungria e dos demais países de Visegrád na União Europeia”, Brasília, 26 de março; “*The new global landscape and the geopolitics and the Asian and Pacific Regions*”, Brasília, 28 de março; “Diálogos Internacionais – Cuál futuro tiene la Unión Europea? Um debate sobre el “White paper” 2017”, Brasília, 11 de abril; “Diálogos

Internacionais – O Brasil na questão nuclear global na década de 1970: Novas interpretações historiográficas”, Brasília, 18 de abril; “Diálogos Internacionais – O Direito Internacional no Brasil – a propósito do centenário do Boletim da SBDI”, Brasília, 25 de abril; “Percursos Diplomáticos: Celso Lafer”, Brasília, 27 de abril; “Diálogos Internacionais – *Brexit and its Implications: a view from Ireland*”, Brasília, 7 de maio; “Diálogos Internacionais – *Le phénomène Macron: implications pour la France, l’Europe et le monde*”, Brasília, 8 de maio; “Diálogos Internacionais – Dinâmica global do agronegócio brasileiro: visão estratégica em uma conjuntura de incertezas”, Brasília, 9 de maio; “*Russian Global Foreign Policy Trends*”, Brasília, 11 de maio; “Diálogos Internacionais – Política e Integração na América do Sul – UNASUL, CDS e ESUDE”, Brasília, 15 de maio; “Percursos Diplomáticos: Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg”, Brasília, 25 de maio; “Diálogos Internacionais – *Dynamics of new Africa*”, Brasília, 6 de junho; “Análise comparativa e crítica dos sistemas regionais de proteção dos Direitos Humanos”, Brasília, 12 de junho; “Diálogos Internacionais – Relações Exteriores do Brasil: Contexto e Temas”, Brasília, 13 de junho; “A trajetória da proliferação nuclear de 1945 a 2018”, Brasília, 18 de junho; “Diálogos Internacionais – De Madri ao Rio: os Exílios de Jaime Cortesão”, Brasília 19 de junho; “Percursos Diplomáticos: Embaixadora Maria Celina Rodrigues”, Brasília, 29 de junho; “Diálogos Internacionais – O Status Internacional do Brasil”, Brasília, 26 de julho; “Fontes de Pesquisa”, Rio de Janeiro, 30 de julho; “Diálogos Internacionais – Relações Brasil-China: Perspectiva Histórica”, Brasília, 20 de agosto; “Diálogos Internacionais – Sergio Vieira de Mello: o Legado de um herói brasileiro”, Brasília, 22 de agosto; “Percursos Diplomáticos: Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães”, Brasília, 24 de agosto; “Diálogos Internacionais – *Japan’s trade strategy in the 21st century and economic partnership with Latin American Countries Revisited: Japan’s leadership in promoting the Mega-FTAs in troubled international trade*”, Brasília, 28 de agosto; “Diálogos Internacionais – O desafio fiscal brasileiro em perspectiva comparada”, Brasília, 29 de agosto; “Diálogos Internacionais – O lugar do Brasil no mundo”, Brasília, 31 de agosto; “A política de incentivos aos biocombustíveis nos Estados Unidos e seus impactos para o Brasil”, Brasília, 10 de setembro; “Diálogos Internacionais – Privatização da Guerra no século XXI: Entre a Diplomacia e o Direito”, Brasília, 13 de setembro; “Percursos Diplomáticos: Embaixador Jório Dauster Magalhães e Silva”, Brasília, 14 de setembro; “Diálogos Internacionais – *Views on Asia and the Pacific*”, Brasília, 19 de setembro; “Diálogos Internacionais – Formulação de políticas comerciais em meio à crise do multilateralismo”, Brasília, 24 de setembro; “Diálogos Internacionais – *Every State First: the end of multilateral cooperation?*”, Brasília, 2 de outubro;

“Diálogos Internacionais – O Brasil e a circunstância Internacional”, Brasília, 3 de outubro; “Diálogos Internacionais – 2018 Inter Korean Summit Pyongyang: Outcomes and prospects – Lecture and debate with Professor Min Jeonghun, Korea National Diplomatic Academy”, Brasília, 18 de outubro; “Percursos Diplomáticos: Embaixador Osmar Vladimír Chohfi”, Brasília, 19 de outubro; “Diálogos Internacionais – *Opinion Publique et institutions: une perspective française*”, Brasília, 30 de outubro; “Diálogos Internacionais – Diplomacia Científica: o valor da inovação”, Brasília, 13 de novembro; “Diálogos Internacionais – As Relações Internacionais na Constituição de 1988: Princípios Constitucionais de Relações Internacionais: significado, alcance e aplicação”, Brasília, 14 de novembro; “Diálogos Internacionais – Um diplomata a serviço do Estado – na defesa do interesse nacional”, Brasília, 20 de novembro; “Diálogos Internacionais – Prevenção de Genocídios em conflitos armados: a revolução silenciosa do princípio da proteção”, Brasília, 21 de novembro; “Juca Paranhos, O Barão do Rio Branco” com Luís Cláudio Villafañe G. Santos, Brasília, 23 de novembro; “Percursos Diplomáticos: Embaixador Sérgio Queiroz Duarte”, Brasília, 23 de novembro; “Diálogos Internacionais – *Digital Diplomacy* – com Mr. Carl Bildt”, Brasília, 27 de novembro; “Revisitando Oliveira Lima”, Brasília, 28 de novembro; “Diálogos Internacionais – Diplomacia Pública em tempos de guerra: uma ofensiva modernista”, Brasília, 29 de novembro; “Diálogos Internacionais – A Década das Conferências 1990-99”, Brasília, 30 de novembro; e “Diálogos Internacionais – Discriminação contra a mulher: desafios a superar no mundo e no Brasil”, Brasília, 6 de dezembro.

➤ Reunião especializada: “Reunião de coordenadores dos cursos de pós-graduação de Relações Internacionais, paralela à VII CORE”, Recife, 3 de outubro (parceria com Faculdade DAMAS).

➤ Exposições: “Desenhando para um palácio – O Itamaraty e o design”, Brasília, 9 de abril a 9 de maio; e Exposição “Centenário Nelson Mandela”, Brasília, 11 de setembro a 7 de outubro.

➤ Participações institucionais em feiras e bienais de livro: 22ª Feira Pan Amazônica do Livro, Belém, 1º a 10 de junho; 25º Bienal Internacional do Livro de São Paulo, São Paulo, 3 a 12 de agosto; e 4ª Bienal Brasil do Livro e da Literatura, Brasília, 18 a 26 de agosto.

➤ Pesquisas: a) IPRI/FUNAG: Escola Superior de Guerra (concluída); Retomada dos relatórios do Itamaraty e publicação *on-line* (concluída); O Itamaraty na Cultura Brasileira; segunda edição; parceria com o IRBr (concluída); Relatórios digitalizados dos Ministérios dos

Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores (concluída); Postos e remoções do corpo diplomático, desde o século XIX (concluída); Estatísticas: atualização digital semestral (concluída); Cadastro de entidades vinculadas a RI, nacionais e estrangeiras (concluída); banco de teses e dissertações: atualização, ampliação (concluída); e Repertório de Política Exterior (concluída). b) CHDD/FUNAG: Documentação da embaixada em Londres anterior à II Guerra Mundial - 1941 e 1972 (concluída); Pós-independência no Rio da Prata. Primeiras missões diplomáticas brasileiras na região do Prata (concluída); Rússia: primeiras missões diplomáticas do império brasileiro ao império russo - 1824-1830 (transcrição concluída); Caso Letícia – mediações do governo brasileiro na década de 1930 (transcrição concluída); Mediação Peru-Ecuador (transcrição concluída); Mediação México/Venezuela (documentação em processamento); Mediação Guerra do Chaco (levantamento documental em andamento); Conferência Pan-Americana - 1989 (transcrição concluída); Guerra Civil Espanhola (revisão final); Duarte da Ponte Ribeiro (levantamento documental em andamento); Relações Brasil-África (seleção e transcrição de documentos); Raymundo Souza Dantas (levantamento de artigos); Visconde de Cabo Frio (seleção de documentos); e Diplomacia em situações de crise (avaliação de documentos).

➤ Obras editadas e publicadas: “*The great forest*” – em parceria com o Consulado-Geral do Brasil em Genebra; “Entre o dever de escutar e a responsabilidade de decidir”, Kassius Diniz da Silva Pontes; “Reduzindo o custo de ser estrangeiro”, Cristiano Franco Berbert; “A Síndrome de Brás Cubas: sanções unilaterais e a responsabilidade internacional dos estados”, Pedro M. Sloboda; “Mulheres Diplomatas no Itamaraty (1918-2011): uma análise de trajetórias, vitórias e desafios”, Guilherme José Roeder Friaça; “A Política regional da Venezuela entre 1999 e 2012: petróleo, integração e relações com o Brasil”, Gabriel Boff Moreira; “A OCDE em rota de adaptação ao cenário internacional: perspectivas para o relacionamento do Brasil com a Organização”, Rodrigo de Oliveira Godinho; “Cadernos de Política Exterior”, ano 4, número 7, primeiro semestre 2018 – IPRI; “História da África e Relações com o Brasil”, Nedilson Jorge (Organizador); “*The Road Ahead: the 21st-Century world order in the eyes of policy planners*”, Benoni Belli e Filipe Nasser (editors); “A década das conferências (1990-1999), 2ª edição”, José Augusto Lindgren Alves; “Trajetória internacional do Brasil: artigos selecionados”, Eugênio V. Garcia; “O Acordo Trips e a Saúde Pública: implicações e perspectivas”, Elza Moreira Marcelino de Castro; “Cadernos do CHDD”, ano 17, número 32, primeiro semestre 2018; “A Presidência Brasileira da CPLP (2016-2018): textos e documentos”, Luis Henrique Sobreira Lopes, Fernando Figueira de Mello e Maria Lima Kallás;

“A palavra dos chanceleres na Escola Superior de Guerra (1952-2012)”, Sérgio Eduardo Moreira Lima e Rogério de Souza Farias (organizadores); “Rio Branco e a política exterior do Brasil vol. I e II – Edição Fac-Similar”, Dunshee de Abranches; “*Creating the Biofuture: a report on the state of the low carbon bioeconomy*”, Eptacio Pessoa: na Europa e no Brasil”, Carlos Alberto Pessoa Pardellas; “Relações internacionais, política externa e diplomacia brasileira, volumes I e II”, Celso Lafer; “O Brasil no Mundo: Abertura e Responsabilidade – Escritos de diplomacia presidencial (2016-2018)”, Michel Temer; “Barão do Rio-Branco – Cadernos de Notas: a questão entre o Brasil e a França (maio de 1895 a abril de 1901), Volume VI”, Affonso José Santos; “Brasil-Líbano: Legado e Futuro”, Ligia Maria Scherer; Felipe Haddock Lobo Goulart; Pedro Augusto Franco Veloso (organizadores); “*Direction of Chinese Global Investments: implications for Brazil*”, Anna Jaguaribe (editor); “O Pragmatismo Responsável na Visão da Diplomacia e da Academia”, Sérgio Eduardo Moreira Lima (organizador); “Cadernos de Política Exterior”, ano 3, número 6, segundo semestre 2017; “Cadernos do CHDD”, ano 16, número 31, segundo semestre 2017; “*Brazil-Turkey - two emerging powers intensify relations*”, Ekrem Eddy Güzeldere; “O jogo estratégico nas negociações Mercosul-União Europeia”, Ricardo Guerra de Araújo; “V Conferência sobre Relações Exteriores – O Brasil e as tendências do cenário internacional”; “Os Chins do Tertatos”, Henrique Ribeiro Lisboa”; “Cadernos do CHDD”, ano 17, número 33, segundo semestre 2018; e “Brasil-Líbano: Legado e Futuro (em árabe)”, Ligia Maria Scherer; Felipe Haddock Lobo Goulart; Pedro Augusto Franco Veloso (organizadores).

Adicionalmente às iniciativas relacionadas às metas do exercício de 2018, no campo editorial foram disponibilizados mais trinta e três novos *e-books*; e realizados oito lançamentos especiais de livros publicados pela Fundação, seguidos de debates, a saber: “União Europeia e sua Política Exterior”, São Paulo, 9 de março; “Barão do Rio Branco – Caderno de notas”, Rio de Janeiro, 25 de julho; “A Síndrome de Brás Cubas – Sanções Unilaterais e a Responsabilidade Internacional dos Estados”, Brasília, 21 de agosto; “A Síndrome de Brás Cubas – Sanções Unilaterais e a Responsabilidade Internacional dos Estados”, Foz do Iguaçu, 23 de agosto; “*The Road Ahead*”, Recife, 3 de outubro; “*The Road Ahead*”, Brasília, 18 de outubro; “Eptácio Pessoa: na Europa e no Brasil”, Rio de Janeiro, 24 de outubro; e “Relações Internacionais, Política Externa e Diplomacia: pensamento e ação” (FUNAG, 2 vols.), Brasília, 19 de dezembro.

Em 2018, ainda, a FUNAG apoiou institucionalmente dezesseis eventos nacionais e internacionais: Feira Internacional de Ensino Superior da Argentina, Argentina, 27 de fevereiro a 2 de março; Seminário Internacional “50 anos do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares: Impasses e Perspectivas”, São Paulo, 6 de março (parceria com a Fundação Fernando Henrique Cardoso, o MRE e o Ministério da Defesa); Conferência Visão 2035: Brasil Desenvolvido, Rio de Janeiro/RJ, 20 de março, organizada pelo BNDES; XXIII ENERI – Encontro Nacional de Estudantes de Relações Internacionais, Campo Grande/MS, 27 a 30 de abril; Semana Acadêmica de Relações Internacionais, Rio de Janeiro, 21 a 24 de maio; III Congresso Brasileiro de Direito do Mar, Rio de Janeiro, 24 e 25 de maio; 1º Fórum Mundial de Empreendedorismo, Goiânia, 25 e 26 de maio; XVII Edição da Simulação das Nações Unidas para Secundaristas (SINUS 2018), Brasília, 30 de maio a 3 de junho; Seminário “América do Sul na Era Nuclear”, Porto Alegre, 19 a 21 de agosto; Fórum Estadual de Relações Internacionais – FERISP, São Paulo, 14 a 16 de setembro; *V Model United Nations* – MUNDMU, São Paulo, 28 a 29 de setembro; 13ª *United Nations Model* – UNSP, São Paulo, 1º a 4 de outubro; Oficina dos 160 anos de Relações Bilaterais Brasil e Turquia; Istambul, 7 a 9 de novembro; 5TO Simpori, Rio de Janeiro, 28 a 30 de novembro; e “Exposição sobre Fayga Ostrower e o Itamaraty”, Brasília, 18 a 21 de dezembro.

Ocorreram sete reuniões fechadas, com a participação restrita de especialistas e diplomatas: “Reunião com a Associação de Estudos Chineses”, Brasília, 22 de março; “*L’histoire de la diplomatie: un échange franco-brésilien – Invitation pour un débat auteur de la historiographie diplomatique comparée*”, Brasília, 27 de março; “Reunião sobre o sistema de sanções da União Europeia: casos da atualidade política”, Brasília, 10 de abril; “*Brexit and its Implications: a view from Ireland*”, Denis Staunton, Brasília, 7 de maio (realizado no período da manhã); “*Russian Global Foreign Policy Trends*”, com Dmitri Trenin, Brasília, 11 de maio (realizado no período da manhã); “Política e Integração na América do Sul: UNASUL, CDS e ESUD” com o professor Antonio Jorge Ramalho, Brasília, 15 de maio; e “As Relações Estados Unidos e Brasil”, Brasília, 29 de maio.

Registra-se que foram firmados dez acordos e memorandos de entendimento, no decorrer de 2018, com importantes instituições nacionais e estrangeiras, para a implementação de atividades conjuntas de interesse comum nos campos do conhecimento e da informação em política externa e relações internacionais: memorando de entendimento com o Wilton Park, Brasília, 1º de fevereiro; memorando de entendimento com o Instituto Superior de Relações Internacionais do Ministério de Relações Exteriores de Angola (ISRI), Angola, 9 de fevereiro;

protocolo de cooperação com a Escola Superior de Guerra (ESG), Brasília, 27 de fevereiro; memorando de entendimento com o *King's Brazil Institute* do *King's College*, Londres, 5 de abril; memorando de entendimento com a União do Vietnã de Organizações de Amizade (VUFO), Hanói, 12 de maio; memorando de entendimento com o Instituto de Educação Superior em Formação Diplomática e Consular, órgão Acadêmico do Ministério de Relações Exteriores da República Dominicana (INESDYC), Brasília, 14 de maio; memorando de entendimento com o *Institute for Foreign Affairs and Trade* (IFAT – Hungria), 30 de agosto; Memorando de Entendimento com o Instituto de Relações Internacionais da USP (IRI), São Paulo, 12 de setembro; memorando de entendimento com o *Australian Institute of International Affairs* da Comunidade da Austrália (AIIA), Brasília, 19 de setembro; e memorando de entendimento com a Universidade do Pireu (UNIPi), Grécia, 2 de novembro.

O acesso gratuito ao acervo de obras digitais da Fundação tem contribuído para a democratização do conhecimento e permitido alcançar os grandes centros editoriais formadores de opinião no mundo. Em 2018, foram realizados mais de um milhão de *downloads* das obras disponibilizadas na biblioteca digital da FUNAG.

O sítio eletrônico da FUNAG e sua biblioteca digital tiveram aproximadamente dois milhões de acessos em 2018, número semelhante ao de 2017. A tendência ao crescimento do interesse externo nas publicações e informações da Fundação confirmou-se, no corrente ano, com manutenção dos números em relação a participação externa de 73% no total dos acessos contra 27% por parte dos usuários no Brasil. Os coordenadores de cursos de relações internacionais no Brasil ressaltam o efeito multiplicador da divulgação das obras baixadas, em razão de sua utilização em redes internas entre alunos e dentro das instituições acadêmicas no Brasil e no exterior.

Com o intuito de ampliar e democratizar o acesso ao conhecimento das relações internacionais e pensando na acessibilidade, a FUNAG, em sua biblioteca digital, disponibiliza seus livros também no formato .MOBI, que é compatível com os *softwares* de leitura utilizados por portadores de deficiência visual.

A inserção da Fundação nas redes sociais Facebook, Twitter e Instagram contribui para o esforço de divulgação das suas atividades e publicações disponibilizadas. Hoje a FUNAG conta com cerca de quinze mil seguidores no Facebook.

Ainda como parte do esforço de divulgação, difusão e reflexão sobre temas das relações internacionais e da história diplomática brasileira, foram entregues, em 2018, cerca de vinte mil publicações a bibliotecas, instituições e formadores de opinião, no Brasil e em outros cento e

quarenta países.

6.3. Indicadores de desempenho quantificados e alinhados aos objetivos

A FUNAG tem seus indicadores estabelecidos com base nos seus objetivos estratégicos. Os parâmetros são extraídos do programa de trabalho anual, aprovado pelo Conselho de Administração Superior, o qual indica as iniciativas/atividades e quantidades previstas a cada exercício e resultam nos produtos gerados pela Fundação. Esses indicadores de desempenho são apurados pelo total de iniciativas/atividades (produtos) realizadas em função daquelas que foram previstas no programa de trabalho anual da Fundação, com a decorrente variação percentual.

Em 2018, foram previstas cento e trinta e nove iniciativas/atividades, tendo sido realizadas cento e quarenta e sete, com um indicador anual de resultado de 105%, conforme detalhado no quadro abaixo.

O programa editorial resultou na publicação de três livros a menos do que o previsto, por razões diversas. Os debates, que tiveram ajustes em suas modalidades ao longo do ano, bem como as outras atividades e pesquisas implementadas levaram à superação dos quantitativos gerais desses produtos, e, conseqüentemente, do indicador anual de desempenho da FUNAG.

 Resultados - Programa de Trabalho Anual (Iniciativas Previstas e Realizadas)				
INICIATIVAS	PREVISTO/2018	REALIZADO/2018	REALIZADO/2017	REALIZADO/2016
Debates				
Conferências	3	3	2	2
Seminários	32	15	16	13
Cursos	1	1	1	2
Mesas-redondas	12	7	4	5
Workshops	2	2	1	0
Palestras	29	55	24	12
Reunião especializada	1	1	6	1
Subtotal	80	84	54	35
Outras atividades				
Exposições	1	2	0	1
Feiras e Bienais	2	3	4	4
Subtotal	3	5	4	5
Programa Editorial				
Publicações	38	35	47	41
Subtotal	38	35	47	41
Pesquisas				
Pesquisas	18	23	14	8
Subtotal	18	23	14	8
TOTAL	139	147	119	89

Figura 6 – Programa de trabalho anual

6.4. Avaliação equilibrada dos objetivos alcançados e do desempenho em relação às metas

As estratégias da Fundação apresentadas no “modelo de negócios – cadeia de valor da FUNAG”, que integra a “visão geral organizacional e ambiente externo”, item 3 deste relatório de gestão, identificam os produtos esperados e as metas são estabelecidas anualmente, por meio do programa de trabalho anual, aprovado pelo Conselho de Administração Superior da Fundação.

Encontram-se no quadro abaixo as principais realizações em relação às estratégias, bem como série histórica dos produtos decorrentes da atuação da FUNAG.

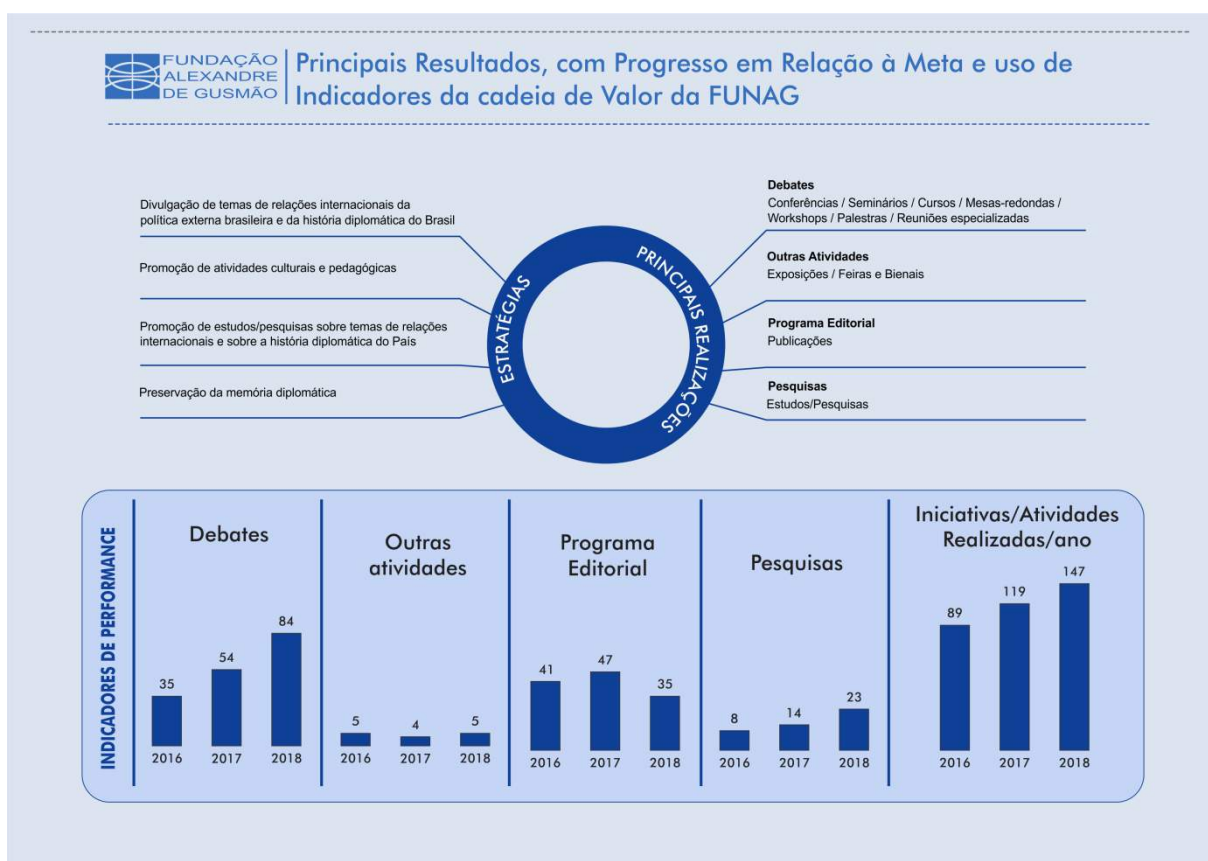


Figura 7 - Estratégias e indicadores de performance

6.5. Monitoramento das metas alcançadas

O monitoramento das metas da FUNAG é realizado pelas instâncias de governança da Fundação e pelos responsáveis pela gestão tática, por meio do acompanhamento das iniciativas/atividades previstas no Programa de Trabalho Anual, planilhas gerenciais, agendas de atividades informatizadas, relatórios parciais.

Por outro lado, são prestadas informações quanto às metas alcançadas para instâncias externas à Fundação, em periodicidade definida pelos órgãos centrais de sistemas do Governo Federal, como, por exemplo, orçamento, planejamento, dentre outros.

Observa-se que parte das iniciativas são implementadas em estreita coordenação com áreas do MRE, cuja alta chefia integra o Conselho de Administração Superior da Fundação.

Ressalte-se que a FUNAG mantém em seu sítio eletrônico e mídias sociais a divulgação e o registro das iniciativas implementadas e das obras publicadas.

6.6. Justificativas para o resultado

A FUNAG cumpre sua missão institucional ao contribuir, de um lado, para a democratização do conhecimento sobre temas das relações internacionais, da política externa e da história diplomática do país, e, de outro, para difundir o pensamento e a literatura brasileira especializada sobre os referidos temas junto aos formadores de opinião e ao público interessado.

Os ajustes promovidos no programa de trabalho anual ao longo do exercício de 2018, em articulação com a alta administração do Ministério das Relações Exteriores, não comprometeram os resultados esperados, tendo o quantitativo de iniciativas/atividades superado o previsto em 5%. Somente três publicações previstas no programa editorial aprovado não puderam ser concluídas, por razões alheias à Fundação.

Esses resultados somente foram possíveis pela adoção de medidas de racionalização, de economia e pela dedicação dos seus recursos humanos, que permitiram manter elevados os padrões de eficiência, eficácia e efetividade na qualidade do trabalho da FUNAG e no cumprimento do seu programa de trabalho anual do exercício de 2018.

6.7. Perspectiva para os próximos exercícios: desafios e incertezas que a UPC provavelmente enfrentará ao perseguir o seu planejamento estratégico

O Conselho de Administração Superior da Fundação, presidido pelo ministro de estado das Relações Exteriores, tem como membros a alta administração do Ministério das Relações Exteriores e o presidente da FUNAG. Nesse contexto, as iniciativas do programa de trabalho para o ano de 2019 espelharão as diretrizes e prioridades governamentais para os debates, pesquisas, publicações e outras atividades culturais e pedagógicas a serem implementadas pela Fundação nos campos da política externa, das relações internacionais e da memória diplomática.

7-SEÇÃO 7 (ANEXO II DA DN TCU Nº 170/2018)

7- ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

- **Para onde a UPC deseja ir e como ela pretende chegar lá?**

7.1. Estratégia para alcançar os principais objetivos da UPC e planos de alocação de recursos para implementar essa estratégia no exercício, assim como principais desafios e ações futuras

Para alcançar os principais objetivos desta UPC, o seu presidente, que atende às instâncias superiores do Ministério das Relações Exteriores e membros do Conselho de Administração Superior da Fundação, estabelece diretrizes e prioridades internas, administra e coordena as atividades dos seus órgãos seccionais (Coordenação-Geral de Administração, Orçamento e Finanças – CGAOF, Coordenação-Geral de Projetos – CGP e Procuradoria Federal - PROFE) e específicos singulares (Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais – IPRI e Centro de História e Documentação Diplomática – CHDD), sendo esses órgãos responsáveis pela implementação da gestão tática de governança, com vistas à execução das iniciativas e a consecução dos principais objetivos. Em uma atuação conjunta com as unidades responsáveis pela gestão operacional de governança da Fundação, são otimizados e racionalizados os recursos humanos, materiais, orçamentários, financeiros, de tecnologia da informação e de infraestrutura da FUNAG.

Com vistas ao estabelecimento de planos de alocação de recursos, o presidente da FUNAG, conta com o assessoramento e informações contínuas das unidades que integram a gestão tática de governança, sendo a Coordenação-Geral de Administração, Orçamento e Finanças responsável por monitorar, coordenar e supervisionar a gestão operacional das áreas orçamentária e financeira; de recursos humanos; de tecnologia da informação; e de administração geral, que inclui licitações, contratos, materiais, patrimônio e infraestrutura, abrangidas pela Coordenação de Administração e Finanças e pelas divisões de Orçamento e Finanças, de Administração e de Recursos Humanos, bem como o gerenciamento de insumos (recursos orçamentários e financeiros, humanos, materiais e outros). Por essa razão, a referida

Coordenação-Geral, que também desempenha o papel de ordenador de despesas da UPC, responde, também, pelos atos de gestão, com o presidente da Fundação, junto aos órgãos de controle interno e externo, e outras instâncias externas, como, por exemplo, os órgãos de planejamento e orçamento.

Os gestores que compõem as instâncias de gestão tática e operacional da Fundação são os responsáveis por coordenar e supervisionar a implementação das iniciativas atribuídas às suas unidades, bem como monitorar os respectivos resultados no âmbito das suas áreas de atuação na UPC, por meio de planilhas gerenciais e agendas informatizadas.

Ao longo do exercício, são prestadas informações pela autoridade superior e pelos responsáveis pelas gestões tática e operacional de governança da Fundação, sempre que demandado, às suas unidades de Auditoria Interna e Ouvidoria, que acompanham e monitoram, também, a integridade da gestão.

Das ações específicas e estratégicas, internas à Fundação, realizadas no decorrer de exercício de 2018, destacam-se, a seguir, aquelas cujos resultados impactaram positivamente na racionalização de processos, de recursos e na execução das atividades e procedimentos da UPC:

- Implementação do Sistema Eletrônico de Informação (SEI). Promoveu o aumento da produtividade e da agilidade nos trâmites processuais, aperfeiçoando os mecanismos de comunicação e relacionamento institucional, bem como reduziu o consumo de papel e de insumos para as impressoras.
- Realização do plano anual de aquisições. Foram estabelecidos formalmente prazos para o início e término das contratações de serviços e aquisição de bens, bem como para a renovação dos contratos continuados vigentes.
- Disponibilização no sistema de Assentamento Funcional Digital (AFD) do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão de todas as informações sobre os servidores que integram a força de trabalho da FUNAG.
- Conclusão do novo sistema de vendas digitais (loja virtual da FUNAG) e de controle de estoques dos livros publicados pela Fundação. Tanto a nova versão do sistema de vendas quanto a de estoques viabilizaram maior agilidade na elaboração de relatórios, pois a integração das informações, anteriormente dividida em dois sistemas, está consolidada em um único sistema.
- Modernização do sistema de emissão de cupom fiscal. O sistema de vendas das publicações da Fundação foi modernizado e passou a ter interface direta com o

sistema da Receita do Distrito Federal, emitindo notas fiscais eletrônicas.

Os principais desafios a serem enfrentados pela gestão desta UPC são: 1) o déficit de servidores, em função de cessões irrecusáveis a outros órgãos, de acordo com a legislação vigente, e vacâncias em decorrência de carreiras mais bem remuneradas, bem como o fato de alguns servidores ativos já terem direito adquirido à aposentadoria ou se encontrarem próximos dela, o que demanda a necessidade realização de novos concursos públicos, visando o preenchimento das vagas existentes no quadro de pessoal da Fundação; e 2) as limitações que acarretaram a redução de recursos orçamentários nos últimos anos.

Neste capítulo estão descritos os esforços realizados pela estrutura de governança da Fundação nas áreas da gestão dos recursos orçamentários e financeiros, recursos humanos, materiais, infraestrutura e de tecnologia da informação, que contribuíram para o cumprimento das iniciativas e o alcance das metas e dos objetivos estratégicos da UPC. Registra-se que as informações deste capítulo foram extraídas dos principais sistemas gerenciais da administração pública (SIAFI, SIASG, SIAPE e SIASS), bem como as unidades responsáveis pela execução operacional das áreas especiais da gestão da FUNAG atestam a conformidade das informações apresentadas.

7.2. Gestão Orçamentária e Financeira

➤ Perfil do gasto da FUNAG

A Fundação tem seus recursos orçamentários consignados na Lei Orçamentária Anual – LOA, por meio dos programas de “análise e divulgação da política externa brasileira” e de “pagamento de pessoal”.

Em 2018, o orçamento recebido inicial foi de R\$ 14.721.327,00 (quatorze milhões, setecentos e vinte e um mil, trezentos e vinte e sete reais), tendo esse valor sido acrescido, ao longo do exercício, de R\$ 817.526,00 (oitocentos e dezessete mil, quinhentos e vinte e seis reais) para despesas de pessoal e benefícios e R\$ 220.880,00 (duzentos e vinte mil, oitocentos e oitenta reais) para despesas de custeio. Ao todo, a Fundação contou com o montante de R\$ 15.759.733,00 (quinze milhões, setecentos e cinquenta e nove mil, setecentos e trinta e três reais) para despesas de pessoal e benefícios; administração geral; atividades finalísticas; e capacitação dos servidores, bem como aquisição e reposição de bens permanentes.

➤ Discussão do desempenho atual em comparação com o desempenho esperado/orçado, com análise de tendências

No âmbito do orçamento da Fundação foi prevista a receita de recursos próprios da ordem de R\$ 173.343,00 (cento e setenta e três mil, trezentos e quarenta e três reais). Desses recursos, ao final do exercício, a Fundação arrecadou R\$ 157.016,24 (cento e cinquenta e sete mil, dezesseis reais e vinte e quatro centavos) com a venda de publicações, o que representou 91% do previsto. Esses recursos foram aplicados nas atividades finalísticas da Fundação e as despesas liquidadas dentro de exercício.

Do orçamento total recebido pela FUNAG, foram empenhados R\$ 14.880.935,44 (quatorze milhões, oitocentos e oitenta mil, novecentos e trinta e cinco reais e quarenta e quatro centavos) e recebidos os correspondentes recursos financeiros. Foram executados 94% do orçamento de 2018. Observa-se que os 6% não executados referiam-se ao grupo de despesas de pessoal e benefícios. Quanto ao orçamento de custeio e investimento, foram executados 100% dos recursos recebidos.

Comparativamente, encontra-se abaixo a evolução da execução orçamentária e financeira da Fundação, exercícios de 2017 e 2018, contendo as despesas empenhadas, liquidadas e pagas, por grupo de despesas.

Exercício 2018						Exercício 2017						
Grupo de Despesa	Orçamento Liberado (a)	Empenhado (b)	Liquidado (c)	Pago* (d)	Restos a Pagar Pago no Exercício (e)	Orçamento Liberado (f)	Empenhado (g)	Liquidado (h)	Pago* (i)	Restos a Pagar Pago no Exercício (j)	Variação R\$ (k)=d-i	Variação % (i)/i
Pagamento de pessoal	10.181.387,00	9.319.766,51	9.319.766,51	8.718.198,65		9.656.164,00	9.180.956,84	9.180.956,84	9.180.956,84		-462.758,19	-5%
Custeio	5.502.940,00	5.485.764,76	5.311.699,20	5.299.047,50	625.879,24	5.759.021,00	5.748.598,28	5.088.647,20	5.088.674,20	1.483.086,14	210.373,30	4%
Investimento	75.406,00	75.404,17	75.404,17	75.404,17		75.532,00	75.503,49	75.503,49	75.503,49		-99,32	0%
Total	15.759.733,00	14.880.935,44	14.706.869,88	14.092.650,32	625.879,24	15.490.717,00	15.005.058,61	14.345.134,53	14.345.134,53	1.483.086,14	-252.484,21	-2%

*Valores pagos referentes às despesas liquidadas que foram debitadas da conta da FUNAG dentro do exercício.

Tabela 2 - Orçamentos dos exercícios 2017 e 2018 / execução

Fonte: Tesouro Gerencial, 2018.

Observa-se que as despesas empenhadas de custeio, com vistas ao atendimento dos gastos de manutenção da máquina, das atividades finalísticas e de capacitação de servidores, totalizaram R\$ 5.485.764,76 (cinco milhões, quatrocentos e oitenta e cinco mil, setecentos e sessenta e quatro reais e setenta e seis centavos). Quanto às despesas de investimento, destinadas à aquisição e/ou reposição de bens móveis, totalizaram R\$ 75.404,17 (setenta e cinco mil, quatrocentos e quatro reais e dezessete centavos).

As principais despesas de custeio da Fundação são voltadas ao aporte de logística para os eventos; edição e impressão de publicações; os direitos autorais; tradução e revisão; transporte e envio de cargas; passagens aéreas; e mão de obra terceirizada.

No contexto da execução dos recursos financeiros recebidos pela Fundação, em 2018, foram executados/liquidados ao longo daquele exercício R\$ 14.706.869,88 (quatorze milhões, setecentos e seis mil, oitocentos e sessenta e nove reais e oitenta e oito centavos) e inscritos em restos a pagar 2019 o montante de R\$ 174.065,56 (cento e setenta e quatro mil, sessenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos).

Das despesas inscritas em restos a pagar de 2017, no valor de R\$ 625.879,24 (seiscentos e vinte e cinco mil, oitocentos e setenta e nove reais e vinte e quatro centavos), foram liquidadas R\$ 590.284,40 (quinhentos e noventa mil, duzentos e oitenta e quatro reais e quarenta centavos), cancelados R\$ 2.970,60 (dois mil, novecentos e setenta reais e sessenta centavos) e o saldo de R\$ 32.624,24 (trinta e dois mil, seiscentos e vinte e quatro reais e vinte e quatro centavos) foi automaticamente inscrito em restos a pagar de 2019.

A UPC vem mantendo a mesma tendência orçamentária e de gastos nos últimos anos, o que se encontra refletido na tabela 2 acima.

➤ **Explicações sobre variações do resultado, com uma reflexão justa e compreensível sobre o desempenho financeiro, consistente com as demonstrações financeiras subjacentes**

Conforme informações anteriores, a execução da UPC não apresentou variações de resultado.

➤ **Principais desafios e ações futuras**

Um dos principais desafios orçamentários e financeiros da Fundação para os próximos exercícios, juntamente com a manutenção dos patamares de recursos e recuperação de perdas anteriores, refere-se à arrecadação de recursos próprios, que tem origem na venda de publicações e tende a ser cada vez menor, vez que a impressão de obras no contexto mundial vem sendo substituída por formatos digitais. Deverão ser implementados esforços para substituição dos recursos próprios por recursos da União, quando da elaboração das propostas orçamentárias anuais, à medida que a arrecadação prevista diminua, como ocorreu em 2018.

7.3. Gestão de Pessoas

➤ Conformidade legal

A gestão de pessoas é realizada com base na lei nº 8.112/1990 e demais legislações aplicáveis aos servidores, com vínculo e sem vínculo, ativos, inativos e pensionistas, e aos estagiários que compõem a força de trabalho da FUNAG. São aplicados, também, na Fundação os atos normativos, regras e diretrizes estabelecidas pelo Governo Federal, por meio do Órgão Central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal – SIPEC, hoje, sob a responsabilidade do Ministério da Economia.

A Divisão de Recursos Humanos – DRH, responsável pelas informações aqui contidas e pela conformidade da gestão de recursos humanos desta UPC, orienta todos os servidores e estagiários quanto aos regulamentos e procedimentos, assim como submete todos os processos relativos a sua área de atuação, previamente, à Procuradoria Federal junto à FUNAG, para análise e emissão de parecer quanto à legalidade e aos procedimentos pertinentes.

Por outro lado, a avaliação da conformidade nos processos de gestão de pessoas é realizada por meio de indicadores.

A Divisão de Recursos Humanos declara anualmente a observância às normas e ao cumprimento dos seguintes pontos: controle da entrega das declarações de bens e renda; controle dos registros de informação no sistema e-Pessoal para admissões e concessões; atendimento das determinações e recomendações dos órgãos de controle; acompanhamento dos processos instaurados para reposição ao erário de valores indevidamente recebidos; e controle de concessões, licenças e benefícios.

São realizadas auditorias preventivas pela Auditoria Interna da FUNAG, pelo SIPEC e pela Controladoria-Geral da União – CGU, periodicamente, por meio de informações extraídas do SIAPE, de forma a corrigir eventuais inconsistências.

Ao longo de 2018, a Fundação não recebeu observações no sistema de trilhas de auditoria de pessoal da CGU.

O Tribunal de Contas da União – TCU demandou apenas a correção de inconsistência na informação do detalhamento de um dado específico de um processo de aposentadoria, o que foi prontamente saneado e atendido pela FUNAG.

➤ **Avaliação da força de trabalho: distribuição dos servidores por faixa salarial, gênero, deficiência, etnia, faixa etária, situação funcional, carreira, área de trabalho e unidade de exercício**

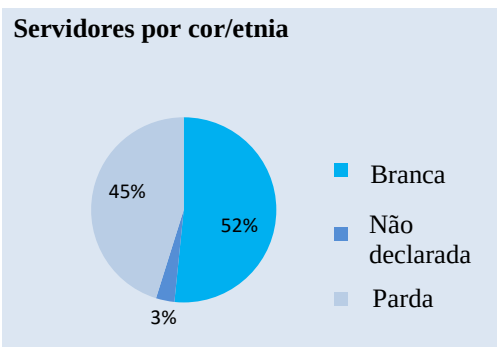
A FUNAG conta com quadro de pessoal limitado, dispondo de uma lotação total aprovada de setenta e nove cargos efetivos, dos quais se encontram preenchidos cinquenta, sendo trinta e quatro de nível superior e dezesseis de nível intermediário, um ocupado por pessoa com deficiência. Dos cargos vagos, vinte e um são de nível superior e oito de nível intermediário.

Dos servidores que integram o quadro de pessoal da FUNAG, quarenta e sete têm suas remunerações pelo Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE e três pela Estrutura Remuneratória Especial de Cargos Específicos – ERCE. Desses cinquenta servidores, uma servidora encontra-se afastada para curso de formação em virtude de aprovação em concurso público; dezenove estão cedidos, sendo: treze cessões para órgãos irrecusáveis, três para os órgãos centrais dos sistemas do Governo Federal e três para funções/cargos em tribunais.

Em 31 de dezembro de 2018, a força de trabalho em exercício na Fundação era de sessenta e três pessoas, dos quais quarenta e seis servidores, com ou sem vínculo, que representam 73% da referida força de trabalho, além de dezessete estagiários. Desses, 45% eram mulheres e 35% homens. Dentre os servidores, trinta e um pertenciam ao Quadro de Pessoal da FUNAG, representando 49% da força de trabalho; além de três servidores requisitados de outros órgãos, ocupantes de cargos de direção e assessoramento superior; três servidores em exercício descentralizado na Fundação; e nove servidores sem vínculo, ocupantes de cargos de direção e assessoramento superior.

Destaca-se que dos recursos humanos acima informados, trinta e cinco encontram-se em atividade nas áreas finalísticas, correspondendo a 56% da força de trabalho, e vinte e sete nas áreas meio, representando 44%.

Encontram-se abaixo as informações da força de trabalho da FUNAG, por faixa etária e por cor/etnia.



Fonte: SIAPE

Faixa Etária	Nº servidores	%
Até 30 anos	3	5%
31 a 40 anos	29	45%
41 a 50 anos	14	23%
51 a 60 anos	12	19%
Acima de 60 anos	5	8%

Fonte: SIAPE

O quadro de servidores da Fundação vem sendo reduzido a cada ano, principalmente, pelo alto índice de evasão e pela escassez de novos concursos públicos, em especial, pelo fato dos seus servidores integrarem o Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE, cuja base de remuneração é singularmente baixa face às demais carreiras do Governo Federal.

Quanto aos estagiários, a FUNAG observa estritamente a legislação vigente. A contratação da empresa especializada na administração de programa de estágio se dá por meio de processo licitatório e a atual empresa contratada é o Centro de Integração Empresa-Escola – CIEE. Em 2018, foram gastos R\$ 125.403,73 (cento e vinte e cinco mil, quatrocentos e três reais e setenta e três centavos) com bolsa estágio e vale transporte para os estagiários da Fundação.

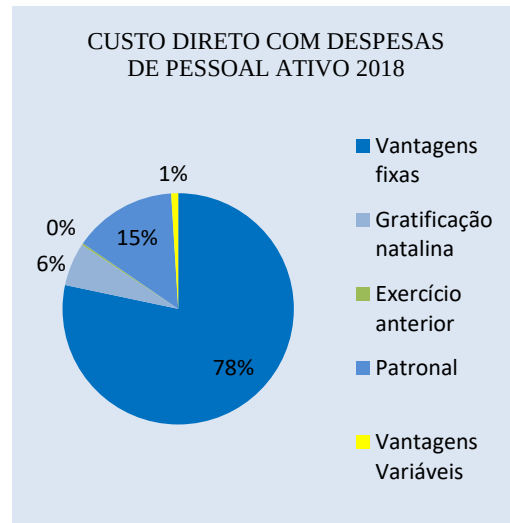
Adicionalmente à força de trabalho acima especificada, registra-se que a Fundação, em 2018, contou, também, com vinte e oito postos de trabalho, incluindo os serviços de copeiragem e motorista, contratados por meio de procedimento licitatório, pregão eletrônico.

➤ **Detalhamento da despesa de pessoal (ativo, inativo e pensionista), evolução dos últimos anos e justificativa para o aumento/diminuição**

Encontram-se abaixo os quadros que contêm o detalhamento das despesas com pessoal, servidores ativos, inativos e pensionistas, em 2018.

R\$ 8.797.324,26		
CUSTO DIRETO COM DESPESAS DE PESSOAL ATIVO 2018		
Vantagens fixas	R\$ 6.135.576,22	69,74%
Gratificação natalina	R\$ 473.065,33	5,38%
Exercício anterior	R\$ 18.865,06	0,21%
Patronal	R\$ 1.131.392,46	12,86%
Vantagens Variáveis	R\$ 76.308,62	0,87%

Fonte: Painel Estatístico de Pessoal - <http://painel.pep.planejamento.gov.br>



R\$ 809.635,02			R\$ 152.481,55		
CUSTO DIRETO COM DESPESAS DE PESSOAL INATIVO 2018			CUSTO DIRETO COM DESPESAS DE PENSIONISTAS 2018		
Vantagens fixas	R\$ 676.604,78	83,57%	Vantagens fixas	R\$ 40.752,20	92,31%
Gratificação natalina	R\$ 68.005,95	8,40%	Gratificação natalina	R\$ 11.729,35	7,69%

Fonte: Painel Estatístico de Pessoal - <http://painel.pep.planejamento.gov.br>

EVOLUÇÃO DOS GASTOS COM PESSOAL					
Pensionistas		Inativos		Ativos	
2017	R\$ 150.321,08	2017	R\$ 737.377,03	2017	R\$ 7.756.297,08
2018	R\$ 152.481,55	2018	R\$ 809.635,02	2018	R\$ 7.835.207,69

Tabela 3 - Despesa de Pessoal

Fonte: Painel Estatístico de Pessoal - <http://painel.pep.planejamento.gov.br>

O aumento nas despesas de pessoal, nos casos de ativos e pensionistas, decorre da política salarial adotada pelo Governo Federal, ambos com variação de 1%. Quanto aos inativos, o aumento decorre de incorporação aos proventos de percentual maior das gratificações de desempenho, bem como o aumento do número de aposentados na Fundação, com variação de 10%.

➤ **Avaliação de desempenho, remuneração e meritocracia**

O desempenho dos servidores é auferido por meio de processo de avaliação de desempenho individual e institucional e tem impacto direto na remuneração dos servidores, conforme decreto nº 7.133/10.

Em 2018, foi realizado o 9º ciclo de avaliação individual para os servidores pertencentes ao Plano Geral do Poder Executivo – GDPGPE e ao 6º ciclo de avaliação para os servidores pertencente à Estrutura Remuneratória da Carreira de Cargos Específicos – GDACE. Participaram desse processo de avaliação cinquenta e dois servidores que se encontravam ativos e em efetivo exercício no período de 7 maio de 2017 a 6 maio de 2018, dentre os quais dois servidores deixaram seus cargos no segundo semestre de 2018, um por exoneração e outro por aposentadoria.

Os indicadores de desempenho institucionais aplicáveis às remunerações dos servidores do quadro de pessoal da fundação são aprovados por portaria do presidente da FUNAG, conforme legislação vigente, sendo devidamente publicados no DOU, assim como a sua posterior medição.

Ainda no campo da meritocracia, em julho de cada ano, inicia-se o processo de progressão funcional com a participação de todos os servidores ativos das carreiras PGPE e ERCE, que não se encontram no topo da carreira, os quais são submetidos a avaliação de desempenho, conforme previsto no decreto nº 84.669/1980. O processo é constituído por duas fases, com efeitos financeiros em setembro e março do ano subsequente.

Dos vinte cargos de direção e assessoramento superior existentes na Fundação, 55% são ocupados por servidores efetivos do Governo Federal.

A Fundação Alexandre de Gusmão não tem mais servidores em estágio probatório. O último concurso realizado pela FUNAG foi em 2010. Os últimos candidatos tomaram posse e entraram em exercício em 2014, concluindo seus estágios probatórios em 2017.

Observa-se que remunerações pelo Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE e pela Estrutura Remuneratória Especial de Cargos Específicos – ERCE, aos quais pertencem os servidores do quadro de pessoal da Fundação, encontram-se na faixa salarial entre R\$ 3.900,00 e R\$ 8.900,00, conforme demonstrado a seguir.

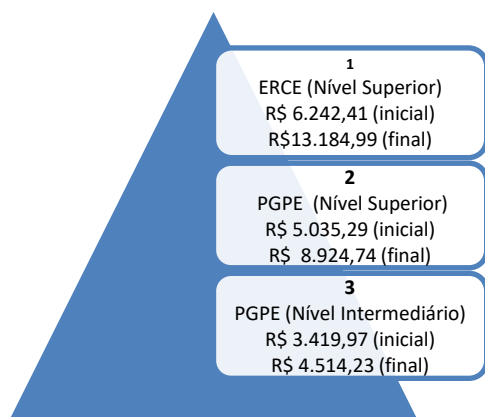


Figura 8 – Remuneração dos servidores – Quadro de Pessoal/FUNAG

Na FUNAG, há igualdade de oportunidades para todos os servidores. Essas oportunidades se dão desde o desenvolvimento de competências gerenciais e técnicas, por meio da capacitação, até o exercício de funções, cargos comissionados e gratificações técnicas.

Em atendimento ao art. 206-A, da lei nº 8.112/1990, desde 2010, são realizados exames médicos periódicos (clínicos e laboratoriais) pelos servidores em exercício na Fundação.

➤ Capacitação: estratégia e números

Desde 2011, a FUNAG estabeleceu sua política de desenvolvimento de pessoas com objetivo de promover, em especial, a formação contínua dos servidores para adequar competências voltadas ao alcance dos objetivos institucionais. Em 2018, por meio de plano anual de capacitação, buscou-se atender as demandas das áreas meio e finalísticas. Todas as capacitações julgadas procedentes pelos critérios de compatibilidade com as competências da área de atuação do servidor e disponibilidade orçamentária são aprovadas.

Em 2018, foi dada continuidade ao programa de capacitação em língua estrangeira, instituído em 2016, com a finalidade de proporcionar a oportunidade de apoio à qualificação (fala, escrita e leitura) nas línguas estrangeiras: inglês, espanhol, francês e alemão, tendo sido beneficiados doze servidores.

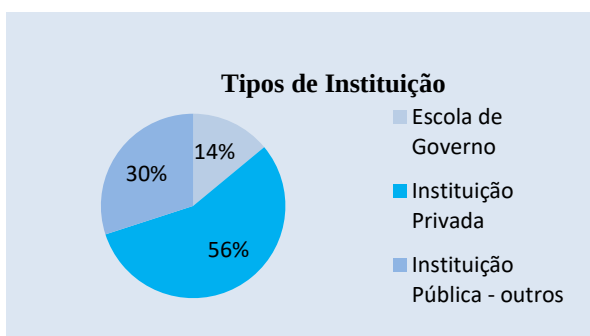


Figura 9 - Tipos de Instituição

AÇÕES DE CAPACITAÇÃO - 2018	°
Conferência / congresso/ encontro / fórum / seminário ou similares internacional	2
Curso aperfeiçoamento	44
Doutorado	1
Especialização / pós-graduação <i>lato sensu</i> / MBA	2
Mestrado	1
Total geral	50

Tabela 4 - Ações de Capacitação

CAPACITAÇÃO	Valor Investido
Aperfeiçoamento a distância	Sem ônus direto para a FUNAG
Aperfeiçoamento presencial	R\$ 37.652,84
Doutorado	Sem ônus direto para a FUNAG
Mestrado	Sem ônus direto para a FUNAG
Especialização	R\$ 8.180,00
TOTAL	R\$ 45.832,84

Tabela 5 - Capacitação/valor investido

➤ Principais desafios e ações futuras

O quantitativo de cargos efetivos vagos no quadro de pessoal da FUNAG supera 35% da lotação de seus cargos para preenchimento por concurso público. Soma-se a isso o fato de o quadro de pessoal da Fundação ser objeto de sucessivos pedidos de requisição irrecusáveis de seus servidores, por força da legislação vigente.

Hoje, os servidores, em sua expressiva maioria, não dispõem de substitutos em seus processos laborais. Esse fato se agrava ainda mais no que tange à execução dos sistemas operacionais do Governo Federal, como SIAFI e outros, que somente podem ser operacionalizados por servidores.

Outro fato relevante é que parte dos servidores que integram o quadro de pessoal da FUNAG já contam com o tempo para a aposentadoria e outros estão bem próximos a alcançar esse direito.

Nesse contexto, é importante a realização de esforços para que sejam obtidas as autorizações necessárias à realização de novo concurso público para o preenchimento, mesmo que em parte, das vagas existentes no quadro de pessoal da FUNAG.

7.4. Gestão de Licitações e Contratos

➤ Conformidade legal

A Coordenação de Administração e Finanças, em conjunto com a Divisão de Administração e o Núcleo de Licitação e Compras, com a Divisão de Administração e com o Núcleo de Contratos, segue todas as disposições legais aplicáveis às licitações e contratos, bem como observa a jurisprudência sobre essas matérias. Juntos, os titulares dessas unidades são responsáveis pela conformidade das informações aqui contidas e da gestão dessas áreas.

Quanto às licitações, observa-se, em especial, as leis nº 8.666/93 e nº 10.520/02 e suas alterações, bem como as instruções normativas nº 04/2014 e nº 05/2017 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, atual Ministério da Economia, nos procedimentos adotados para a aquisição de bens e contratação de serviços.

Em todos os processos de licitações e contratações realizados pela Fundação, a Procuradoria Federal junto à FUNAG é provocada a se manifestar por meio de parecer quanto à legalidade dos atos e dos procedimentos cabíveis.

Destaca-se que a Fundação, em atendimento às orientações contidas na instrução normativa nº 05/2017, elaborou seu plano anual de aquisições para a contratação de serviços e aquisições de bens, bem como realizou o planejamento anual para a realização das renovações dos contratos de natureza continuado no exercício de 2018.

➤ Detalhamento dos gastos das contratações por finalidade e especificação dos tipos de serviços contratados para o funcionamento administrativo

No exercício de 2018, as despesas de custeio liquidadas totalizaram R\$ 5.387.103,37 (cinco milhões, trezentos e oitenta e sete mil, cento e três reais e trinta e sete centavos), e incluem despesas com atividades finalísticas de R\$ 2.434.279,88 (dois milhões, quatrocentos e trinta e quatro mil, duzentos e setenta e nove reais e oitenta e oito centavos), com a administração geral de R\$ 2.831.819,39 (dois milhões, oitocentos e trinta e um mil, oitocentos e dezenove reais e trinta e nove centavos), com investimento R\$ 75.404,17 (setenta e cinco mil, quatrocentos e quatro reais e dezessete centavos) e a capacitação de servidores R\$ 45.599,93 (quarenta e cinco mil, quinhentos e noventa e nove reais e noventa e três centavos).

Dentre as despesas destinadas ao cumprimento das atividades finalísticas desenvolvidas pela Fundação, destacam-se os gastos com contratos de prestação de serviços de organização de eventos e de gráfica, que corresponderam a mais de 70% do orçamento destinado à área fim.

Por outro lado, na administração geral, os serviços de natureza continuada corresponderam a 94% do orçamento destinado ao custeio da máquina, com destaque para as contratações de postos de trabalho/terceirização, *link* dedicado de internet, telefonia e correios. As demais despesas, a exemplo dos materiais de consumo e embalagens, dentre outras, somaram 6% do orçamento da área meio.

Com o objetivo de viabilizar o funcionamento administrativo da Fundação, foram realizados, em 2018, vinte e nove dispensas de licitação, vinte e três inexigibilidades de licitação, quatro pregões eletrônicos, quatro adesões a atas de registro de preços de outros órgãos e um credenciamento.

Os pregões eletrônicos realizados, além de dois voltados à aquisição de material de consumo e de material permanente, foram:

- Exames médicos periódicos: Conforme estabelecido na portaria normativa do MP nº 04/2009, no decreto nº 6.856/2009 e na lei nº 8.112/1990, esses exames integram a Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público Federal; e
- Aquisição de passagens aéreas e agenciamento de viagens: Com vistas a alcançar seus objetivos estratégicos, a emissão de bilhetes aéreos é o instrumento que permite o deslocamento de profissionais e especialistas brasileiros e estrangeiros para participar dos eventos promovidos e/ou apoiados pela Fundação Alexandre de Gusmão.

A Fundação realizou credenciamento, com o objetivo de viabilizar a contratação de tradutores e revisores de textos nos idiomas português, inglês, francês e espanhol. Esses serviços justificam-se pelo amplo programa editorial da FUNAG, parte do seu programa de trabalho anual. Em função do credenciamento realizado, as contratações seguem a ordem de classificação do certame e os credenciados são contratados por meio de inexigibilidade de licitação conforme disposto no art. 25 da lei nº 8.666/93.

➤ **Contratações mais relevantes, sua associação aos objetivos estratégicos e justificativas para essas contratações**

As contratações mais relevantes da UPC visaram ao atendimento, em especial, das atividades finalísticas previstas no seu programa de trabalho anual e são associadas aos objetivos estratégicos da FUNAG, justificando-se, dessa forma a necessidade de suas contratações, conforme quadro anexo.

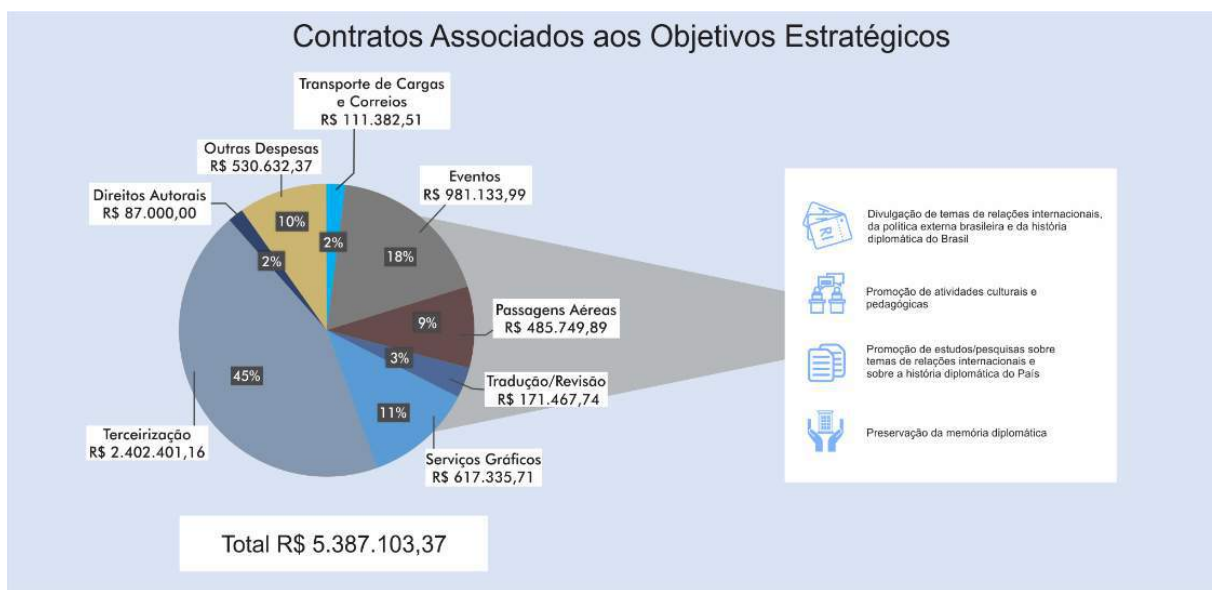


Figura 10 - Contratos associados aos objetivos estratégicos

➤ **Contratações diretas: participação nos processos de contratação, principais tipos e justificativas para realização**

As contratações diretas são realizadas nos limites estabelecidos para dispensa e inexigibilidade de licitação, conforme os artigos 24, inciso II, e 25 da lei nº 8.666/93.

Os principais tipos de despesas contratadas em caso de dispensa de licitação, em 2018, foram: serviços de emissão de certificados digitais, necessários para acessar os sistemas estruturantes do Governo Federal, à exemplo do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP); fornecimento de código ISBN obrigatório para a publicação das obras editadas; e hospedagem do sítio eletrônico da Fundação, principal veículo de comunicação digital da UPC, inclusive por onde são prestados outros serviços como acesso à biblioteca digital e à loja virtual da FUNAG.

As aquisições realizadas ao longo de 2018 em casos de inexigibilidade de licitação visaram em especial as contratações de direitos autorais/patrimoniais de textos ou obras de especialistas; e as contratações dos tradutores/revisores credenciados, voltadas à execução do programa editorial da Fundação.

7.5. Gestão Patrimonial e Infraestrutura

➤ Conformidade legal

A Divisão de Administração, o Núcleo de Patrimônio e Almoxarifado e o Núcleo de Protocolo e Serviços Gerais atendem, em especial, à lei nº 4.320/64, decreto-lei nº 200/67, instrução normativa nº 205/88, lei complementar nº 101/2000, lei nº 8.429/92, decreto nº 9.373/2018 e demais legislações correlatas, bem como observam a jurisprudência sobre as respectivas matérias. Juntos, os titulares dessas unidades atestam a conformidade das informações aqui contidas e da gestão dessas áreas.

➤ Principais investimentos de capital (infraestrutura e equipamentos), avaliação do seu custo-benefício e impacto sobre os objetivos estratégicos

No exercício de 2018, esta UPC investiu R\$ 75.404,17 (setenta e cinco mil, quatrocentos e quatro reais e dezessete centavos) na aquisição de bens permanentes para a substituição e/ou reposição de equipamentos de tecnologia da informação, como computadores e impressoras; aparelho de ar condicionado para o CHDD/FUNAG, no Rio de Janeiro; e mobiliário de escritório, como cadeiras e bancadas para o empacotamento e expedição de publicações.

As aquisições visaram o atendimento das unidades da Fundação, em Brasília e no Rio de Janeiro, com vistas à implementação das atividades e ao alcance dos objetivos estratégicos da FUNAG.

➤ Desfazimento de ativos

Em conformidade com o decreto nº 9.373/2018, a FUNAG desmobilizou cinquenta e oito itens, em especial equipamentos de informática, após autorização do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; cadeiras e mesas inservíveis; e um veículo oficial, cuja legislação vigente. Registra-se que o carro oficial teve como beneficiário a Polícia Civil do Distrito Federal.

➤ **Locações de imóveis e equipamentos**

No exercício de 2018, a Fundação não locou imóveis ou equipamentos.

➤ **Mudanças e desmobilizações relevantes**

Não foram realizadas mudanças ou desmobilizações em 2018.

➤ **Principais desafios e ações futuras**

A Fundação atualiza seus equipamentos de tecnologia da informação para viabilizar o funcionamento e a implementação de suas atividades, com vistas a assegurar condições adequadas de trabalho e de produção de informações. As aquisições de mobiliário e, também, de equipamentos são indispensáveis à substituição dos bens inservíveis ou irrecuperáveis.

Nesse contexto, os orçamentários recebidos para as despesas de investimento têm-se mostrado adequados no caso da FUNAG.

7.6. Gestão da Tecnologia da Informação

➤ Conformidade legal

A Fundação observa e atende as determinações expedidas pelos órgãos de controle interno e externo, pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão-MP, hoje Ministério da Economia, pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República – GSI/PR, bem como segue os padrões internacionais para a manutenção dos serviços de tecnologia da informação (TI), obedecendo às normas estabelecidas em seus normativos internos e demais normas vigentes aplicáveis à área. A Coordenação de Administração e Finanças, em conjunto com o Núcleo de Tecnologia da Informação e Informática, é responsável pela conformidade da gestão da tecnologia da informação da FUNAG, e segue todos os padrões da Administração Pública Federal referentes a dados abertos, acessibilidade, aprimoramento da governança digital, segurança da informação, identidade visual.

➤ Modelo de governança de TI

O modelo de governança de TI adotado pela Fundação Alexandre de Gusmão está formalizado pela portaria/FUNAG nº 93, de 20 de outubro de 2017, que dispõe sobre a política de governança de TI da Fundação.

As estruturas organizacionais de TI responsáveis pela coordenação, implantação e gestão dos recursos de tecnologia da informação são respectivamente a Coordenação de Administração e Finanças, o Núcleo de Tecnologia da Informação e Informática - NTII e o Comitê de Tecnologia da Informação - CTI. O Comitê de TI foi instituído pela portaria/FUNAG nº 71, de 03 de setembro de 2014, e seus atuais membros definidos por meio da portaria/FUNAG nº 26, de 09 de maio de 2018. No exercício de 2018, o Comitê debateu temas referentes à execução de projetos de atividades pertinentes à área fim, bem como atualizou e adaptou as atividades de TI com os dispositivos legais publicados pelo Governo Federal.

Em novembro de 2018, foi elaborado, pelo NTII e pelo CTI, e aprovado o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação para os exercícios de 2019 e 2020. Esse documento encontra-se disponível na página oficial da Fundação.

Princípios da Governança de TI	
II	Contribuir para a sustentabilidade, o cumprimento da missão da Fundação e a melhoria dos resultados institucionais em benefício da sociedade;
III	Promover mecanismos de transparência e controle da governança e da gestão de TIC;
IIII	Estabelecer diretrizes para o planejamento e a organização de TIC, bem como para as atividades relacionadas ao provimento, à gestão e ao uso de solução de TIC;
IIV	Definir papéis e responsabilidades dos envolvidos na governança e na gestão de TIC.

Tabela 6 - Atribuições do Comitê de TI

➤ Montante de recursos aplicados em TI

A Fundação não dispõe de dotação orçamentária específica para tecnologia da informação. Seus custos, nessa área são financiados no âmbito do orçamento destinado à administração geral, tendo sido, em 2018, aplicados os recursos que constam do quadro abaixo, visando manter a continuidade dos serviços e reposição de equipamentos para o seu parque tecnológico.

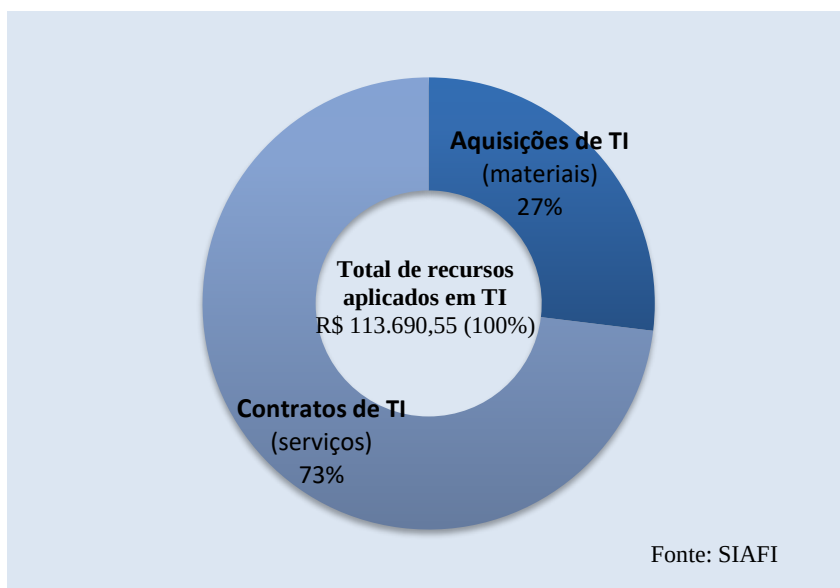


Figura 11 - Recursos aplicados em TI

➤ Contratações mais relevantes de recursos de TI

As principais contratações aplicadas à tecnologia da informação realizadas pela FUNAG visaram manter a continuidade das suas atividades. Cumpre registrar que não foram celebrados contratos referentes ao desenvolvimento, manutenção ou atualização de sistemas, tendo em vista que os sistemas são desenvolvidos por dois servidores do Quadro de Pessoal da

Fundação, um posto terceirizado e um estagiário que formam a equipe do Núcleo de Tecnologia da Informação e Informática.

Os serviços de TI utilizam os seguintes contratos vigentes: 1. *link* dedicado de acesso à Internet, esse serviço é filtrado por *firewall*, implementado pelos servidores (equipamentos próprios) da Fundação, que também se valem de ferramenta de detecção de queda de qualidade e de sinal do *link* como forma de monitoramento; 2. hospedagem de sítio eletrônico, com acréscimos de caixas de e-mail e e-mail *marketing*; e 3. emissão de certificados digitais e *token* USB, que viabilizam o acesso aos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal.

Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Valores desembolsados 2018 (R\$)
			CNPJ	Denominação	
Dispensa nº 30/2016	Contratação de <i>link</i> dedicado à Internet.	23/12/2017 a 23/12/2018	00.336.701/0001-04	Telecomunicações Brasileiras S.A. TELEBRAS	76.126,32
Dispensa nº 35/2017	Contratação de hospedagem de sítio eletrônico, e-mail e e-mail <i>marketing</i>	24/12/2017 a 24/12/2018	02.351.877/0001-52	Locaweb	3.562,81
Dispensa nº 2/2018	Contratação de serviço de emissão de certificados digitais e <i>token</i> USB	02/01/2018 a 02/01/2019	11.825.802/0001-57	Instituto FENACON CD - Certificação Digital	3.385,80

Tabela 7 - Contratações de recursos de TI

Fonte: SIAFI

➤ **Principais iniciativas (sistemas e projetos) e resultados na área de TI por cadeia de valor**

Principais iniciativas (Sistemas e projetos) na área de TI	Principais resultados (Benefícios e impactos)
Desenvolvimento do Sistema de Gerenciamento de Livros – SGL	Aperfeiçoar o controle de movimentação, estoque e venda de livros da Fundação.
Desenvolvimento de nova interface da Biblioteca Digital e da Loja Virtual	Integrar a Biblioteca Digital e a Loja Virtual ao Sistema de Gerenciamento de Livros da Fundação, contemplando recursos de acessibilidade digital.
Acervo de mídias digitais	Cadastramento de mídias de eventos da FUNAG (CD, DVD, etc.) no Sistema de cadastro de mídias - SIGEM e virtualização do acervo em servidor de rede.

Agenda de autoridades	Modernização do sistema de agenda das autoridades, tornando o sistema mais eficiente no cadastro e facilitando o acesso à agenda.
Sistema de inscrição online	Adequação do sistema de inscrições <i>on-line</i> para os eventos da FUNAG, tornando o processo mais simples e ágio para a área fim.
Ampliação de disponibilidade de formatos de arquivos digitais de leitura para a Biblioteca Digital	Crescimento no quantitativo de <i>e-books</i> disponibilizados nos formatos PDF, e-pub e mobi para Kindle, utilizando ferramentas de código aberto.
Sistema de processo eletrônico SEI	Adequação e atualização do SEI, de forma a ajustar o sistema às necessidades da Fundação e reduzindo o consumo de papel.
Modernização do meio de emissão de cupom fiscal	Atualização para o sistema eletrônico de emissão de cupom fiscal.
Aquisição de computadores e impressoras	Melhoria do parque computacional com a aquisição de novas impressoras e computadores para substituir equipamentos obsoletos.
Aquisição de discos rígidos para servidores de rede	Manutenção dos servidores de rede com a aquisição de discos rígidos para substituir discos danificados.
Aquisição de equipamento de vídeo conferência	Aquisição de equipamentos de vídeo conferência e audiovisual para a sala de reuniões.

Tabela 8 - Sistemas e projetos na área de TI

➤ Segurança da Informação

Visando estabelecer melhorias referentes à segurança da informação no âmbito da FUNAG, foram estabelecidas metas e ações, documentadas tanto na Política de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação, quanto no Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação. As iniciativas de segurança da informação da UPC incluem:

- A Política de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação – portaria/FUNAG nº 93, de 20 de outubro de 2017, prevê a criação de uma Política de Segurança da Informação - PSI no âmbito da Fundação.
- O Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação – portaria/FUNAG nº 76, de 22 de novembro de 2018 estabelece a criação de uma Política de Segurança da Informação - PSI no âmbito da Fundação.
- O Comitê de Tecnologia da Informação - CTI implantou um calendário de comunicados de conscientização dos seus servidores sobre a segurança da

informação, com o intuito de minimizar falhas humanas nos processos de segurança da informação.

- O Núcleo de Tecnologia da Informação e Informática gerencia e mantém os equipamentos em uso com sistemas de antivírus atualizados e *firewall* de rede operante.

➤ Principais desafios e ações futuras

A gestão de TI da Fundação tem como desafio desenvolver soluções de tecnologia da informação que sejam adequadas às necessidades da UPC e ao mesmo tempo sejam econômicas e sustentáveis. Com o intuito de superar esse desafio, a gestão de TI realiza ações de modo a:

1. Manter o sítio eletrônico em pleno funcionamento, 24 horas por dia e sete dias por semana;
2. Manter equipe em quantitativo de recursos humanos suficientes;
3. Manter equipe capacitada de acordo com as competências necessárias;
4. Elaborar projetos que cumpram com a premissa "preço e qualidade"; e
5. Estabelecer melhorias contínuas na gestão dos processos e na governança de TI.

7.7. Gestão de Custos

- **Conformidade legal (art. 50, § 3º da lei complementar 101, de 4 de maio de 2000, e portaria STN 157, de 9 de março de 2011)**

A Coordenação-Geral de Administração, Orçamento e Finanças acompanha a execução das atividades da FUNAG, por meio de planilhas gerenciais e agendas informatizadas, que permitem uma análise setorial, central e global dos custos das atividades finalísticas e administrativas. Os dados das referidas planilhas são extraídos do Sistema Tesouro Gerencial e dos demais sistemas estruturados do Governo Federal, à exemplo do SIAFI, bem como dos processos e das informações transmitidas pelos gestores dos contratos continuados da Fundação.

Esta UPC utiliza o Portal de Custos do Governo Federal como ferramenta de consulta, no entanto, o sistema mais utilizado para a gestão de custos no sentido de apoiar o gestor na tomada de decisão é o Tesouro Gerencial.

- **Estimativa de custos por área de atuação, demonstrando a distribuição dos recursos consumidos entre as áreas finalísticas e de suporte**

Com o acompanhamento diário da gestão de custos foi possível identificar que, no decorrer do exercício de 2018, a Fundação logrou êxito no sentido de otimizar a alocação de recursos de forma mais eficiente na execução dos principais contratos para a área finalística, o de prestação de serviços para organização de eventos e de publicações. Desse modo, foi possível atender às áreas finalísticas e administrativas. As alterações /ajustes e a complementação orçamentária, essa última por meio de crédito suplementar, viabilizaram os resultados e a superação de metas da UPC.

- **Estimativa de custos por programa governamental, demonstrando em que medida eles se relacionam e contribuem para o alcance da missão institucional da UPC**

Não se aplica a esta UPC.

Observa-se no quadro abaixo a estimativa de custos desta UPC e a distribuição dos

recursos entre as áreas finalísticas e de suporte no decorrer do exercício de 2018.

**PROGRAMA DE TRABALHO: 07573208223670001 - ANÁLISE E DIVULGAÇÃO DA POLÍTICA
EXTERNA
MANUTENÇÃO GERAL**

ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO DA DESPESA	ESTIMATIVA DE CUSTOS ORÇAMENTO LIBERADO/2018	CUSTOS APÓS ALTERAÇÃO DE PLANO ORÇAMENTÁRIO
3390.39	CUSTEIO EM GERAL ATIVIDADE MEIO	2.197.385,00	2.888.705,00
	SUBTOTAL	2.197.385,00	2.888.705,00

**PROGRAMA DE TRABALHO: 07573208223670001 - ANÁLISE E DIVULGAÇÃO DA POLÍTICA
EXTERNA
ATIVIDADES DE ANÁLISE E DIVULGAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA, DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO DA DESPESA	ESTIMATIVA DE CUSTOS/ORÇAMENTO LIBERADO/2018	CUSTOS APÓS ALTERAÇÃO DE PLANO ORÇAMENTÁRIO
3390.39	CUSTEIO EM GERAL ATIVIDADE FIM	2.864.941,00	2.173.621,00
3390.39	CRÉDITO SUPLEMENTAR ATIVIDADE FIM		220.880,00
3390.39	RECURSOS PRÓPRIOS	173.343,00	157.016,24
	SUBTOTAL	3.038.284,00	2.551.517,24
	TOTAL	5.235.669,00	5.440.222,24

Tabela 9 - Estimativa de custos
Dados SIAFI

➤ **Principais desafios e ações futuras para alocação mais eficiente de recursos e melhoria da qualidade dos gastos públicos**

A UPC vem aprimorando a qualidade dos seus gastos, por meio de monitoramento diário, em planilhas gerenciais; da racionalização dos recursos disponibilizados e das despesas, em conjunto com os gestores de contratos; e da revisão dos instrumentos vigentes e de contratação de serviços e materiais.

7.8. Sustentabilidade Ambiental

➤ Critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições

Em todos os processos licitatórios promovidos pela Fundação é exigido em edital que os licitantes apresentem a declaração de sustentabilidade ambiental, demonstrando:

- Atendimento aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando o meio ambiente;
- Ciência da obrigatoriedade da apresentação, quando solicitadas, das declarações e certidões pertinentes, emitidas pelos órgãos competentes, como requisito para habilitação;
- Observância da obrigatoriedade do cumprimento integral ao que estabelece o art. 6º e seus incisos, da IN nº 01/2010; e
- Conhecimento da obrigatoriedade de apresentação do registro de Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, nos casos em que a empresa exerça atividades constantes nos anexos I e II da instrução normativa nº 06/2013 do IBAMA.

A Fundação, em seu Plano de Gestão de Logística Sustentável – PLS, desenvolve política de sustentabilidade ambiental, seguindo as orientações da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, dispostas na instrução normativa nº10, de 12 de novembro de 2012.

A Comissão Gestora do PLS da FUNAG foi instituída pela Portaria/FUNAG nº 230, de 22 de novembro de 2012, e é formada por três servidores, indicados, atualmente, pela portaria/FUNAG nº 11, de 17 de fevereiro de 2016. O PLS é composto por quatro eixos principais: inventário atualizado de bens e materiais com identificação de similares de menor impacto ambiental; relatório de práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços; responsabilidades, metodologia de implementação e avaliação do plano; e ações de divulgação, conscientização e capacitação.

➤ Ações para redução do consumo de recursos naturais

A Comissão Gestora do PLS atua na promoção e na divulgação de sugestões de boas práticas de sustentabilidade e de racionalização de materiais. A FUNAG adota materiais reutilizáveis, a exemplo das sacolas para os livros que são vendidos, bem como reduziu o consumo de papel por parte das suas unidades, principalmente por ter implementado o Sistema Eletrônico de Informações – SEI, que mesmo estando em etapa de teste durante o exercício de 2018, permitiu economia de 25% no consumo de papel, no ano passado, em comparação com 2017, conforme pode ser observado no gráfico abaixo.

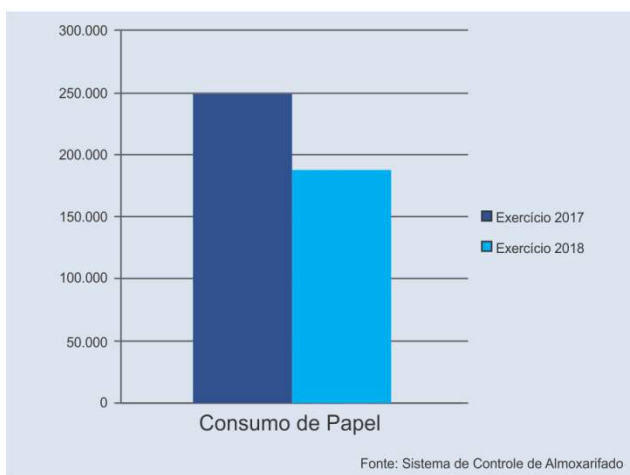


Figura 12 - Consumo de papel

A expectativa é de que haja uma redução significativa no consumo de papel, no exercício de 2019, tendo em vista que os processos administrativos tramitarão somente em formato digital e que foram encerrados os testes e capacitação da força de trabalho da UPC, no que tange à tramitação de documentos e processos somente através do SEI.

➤ Redução de resíduos poluentes

Informações sobre a publicação dos resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são divulgadas no sítio eletrônico da FUNAG, apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI.MPOG 10/2012).

8-SEÇÃO 8 (ANEXO II DA DN TCU Nº 170/2018)

8- DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

8.1. Declaração do Contador

A declaração do contador apresenta informações extraídas dos documentos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI e tem como objetivo fornecer aos seus usuários informações dos resultados alcançados e outros dados de natureza orçamentária, econômica, patrimonial e financeira em apoio ao processo de tomada de decisões e à adequada prestação de contas.

Os registros contábeis feitos no SIAFI expressam fielmente o conjunto de atos e fatos da gestão no exercício financeiro de referência do relatório, verificação do encaminhamento dos valores da depreciação mensal e acumulada para o devido registro contábil, exceto os *softwares*, pertencentes ao grupo do ativo intangível, com vida útil indefinida e que não estão mais sujeitos à amortização e passaram a ser registrados na conta 124110200, conforme a macrofunção 020300/020345 item 7.8 do manual SIAFI web.

A UPC tem registrado regularmente conformidade de gestão e contábil no SIAFI, conforme legislação vigente.

As demonstrações contábeis refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial desta Fundação, sem ressalvas por parte do contador, servidor do quadro de pessoal da FUNAG.

8.2. Demonstrativos Contábeis

Balanço Patrimonial

ATIVO	2018	2017
Ativo circulante	1.523.361,42	1.652.829,55
Caixa e equivalentes de caixa	1.197.410,98	1.221.182,10
Demais créditos e valores a curto prazo	224.989,47	314.680,78
Estoques	100.960,97	116.966,67
Ativo não circulante	432.875,66	489.349,18
Imobilizado	352.464,71	408.938,23
Bens móveis	352.464,71	408.938,23
Bens móveis	1.054.971,44	1.101.311,12
(-) Depreciação/amortização/exaustão acum. de bens móveis	-702.506,73	-692.372,89
Intangível	80.410,95	80.410,95
Softwares	80.410,95	80.410,95
Softwares	80.410,95	80.410,95
TOTAL DO ATIVO	1.956.237,08	2.142.178,73

Tabela 10 - Balanço Patrimonial - Ativo

Fonte: SIAFI

PASSIVO E PARIMÔNIO LÍQUIDO	2018	2017*
Passivo circulante	617.908,27	
Obrigações trabalh., previd. e assist. a pagar a curto prazo	541.349,79	
Demais obrigações a curto prazo	76.558,48	
TOTAL DO PASSIVO	617.908,27	
EXIGÍVEL		
Patrimônio líquido	1.338.328,81	2.142.178,73
Resultados acumulados	1.338.328,81	2.142.178,73
Resultado do exercício	-571.970,11	-1.255.726,23
Resultados de exercícios anteriores	2.142.178,73	5.299.668,49
TOTAL DO PASSIVO + PL	1.956.237,08	2.142.178,73

Tabela 11 - Balanço Patrimonial - Passivo

Fonte: SIAFI

Demonstração das variações patrimoniais

Variações patrimoniais aumentativas	2018	2017
Exploração e venda de bens, serviços e direitos	157.016,24	160.965,13
Venda de mercadorias	157.016,24	160.965,13
Transferências e delegações recebidas	14.556.398,39	14.284.014,66
Transferências intragovernamentais	14.534.053,49	14.277.622,08
Outras transferências e delegações recebidas	22.344,90	6.392,58
Outras variações patrimoniais aumentativas	6.136,69	36,80
Diversas variações patrimoniais aumentativas	6.136,69	36,80
Total das variações patrimoniais aumentativas (I)	14.719.551,32	14.445.016,59

Tabela 12 - Variação patrimonial

Fonte: SIAFI

Variações patrimoniais diminutivas	2018	2017
Pessoal e encargos	8.282.103,56	8.165.323,13
Remuneração a pessoal	6.561.626,73	6.445.234,03
Encargos patronais	1.200.325,68	1.188.983,14
Benefícios a pessoal	520.151,15	531.105,96
Benefícios previdenciários e assistenciais	963.435,07	887.698,11
Aposentadorias e reformas	809.635,02	737.377,03
Pensões	152.481,55	150.321,08
Outros benefícios previdenciários e assistenciais	1.318,50	-
Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo	5.982.247,33	6.632.952,47
Uso de material de consumo	83.185,92	103.738,61
Serviços	5.816.203,43	6.458.646,87
Depreciação, amortização e exaustão	82.857,98	70.566,99
Transferências e delegações concedidas	55.156,40	13.402,89
Transferências intragovernamentais	6.136,69	36,80
Outras transferências e delegações concedidas	49.019,71	13.366,09
Tributárias	5.932,15	574,00
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	1.701,02	574,00
Contribuições	4.231,13	-
Outras variações patrimoniais diminutivas	2.646,92	792,22
Diversas variações patrimoniais diminutivas	2.646,92	792,22
Total das variações patrimoniais diminutivas (II)	15.700.742,82	15.291.521,43
Resultado patrimonial do período (III)=(I-II)	-571.970,11	-1.255.726,23

Tabela 13 - Variações patrimoniais
Fonte: SIAFI

Balanço orçamentário receitas

Receitas orçamentárias	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo
RECEITAS CORRENTES	174.229,00	174.229,00	157.016,24	-17.212,76
Receitas de serviços	174.229,00	174.229,00	157.016,24	-17.212,76
Serviços administrativos e comerciais gerais	174.229,00	174.229,00	157.016,24	-17.212,76
Total receitas orçamentárias c/ refinanc. dívida (I)	174.229,00	174.229,00	14.880.935,44	14.706.706,44

Tabela 14 - Balanço orçamentário
Fonte: SIAFI

Despesas

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	14.645.795,00	15.599.099,00	14.805.531,27	14.631.465,71	14.017.246,15	793.567,73
Pessoal e encargos sociais	8.764.075,00	9.486.195,00	8.797.324,26	8.797.324,26	8.238.055,04	688.870,74
Outras despesas correntes	5.881.720,00	6.112.904,00	6.008.207,01	5.834.141,45	5.779.191,11	104.696,99
DESPESAS DE CAPITAL	75.532,00	75.406,00	75.404,17	75.404,17	75.404,17	1,83
Investimentos	75.532,00	75.406,00	75.404,17	75.404,17	75.404,17	1,83
TOTAL despesas orçamentárias (II)	14.721.327,00	15.674.505,00	14.880.935,44	14.706.869,88	14.092.650,32	793.569,56

Tabela 15 - Receitas e despesas
Fonte: SIAFI

8.3. Demonstrativo de execução dos restos a pagar não processados

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	1.550,00	659.924,08	625.879,24	625.879,24	2.970,60	32.624,24
Outras despesas correntes	1.550,00	659.924,08	625.879,24	625.879,24	2.970,60	32.624,24
TOTAL	1.550,00	659.924,08	625.879,24	625.879,24	2.970,60	32.624,24

Tabela 16 - Restos a pagar não processados

Fonte: SIAFI

8.4. Balanço Financeiro

Ingressos		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
Receitas orçamentárias	157.016,24	161.001,93
Ordinárias	-	36,80
Vinculadas	157.016,24	160.965,13
Outros recursos vinculados a órgãos e programas	157.016,24	160.965,13
Transferências financeiras recebidas	14.534.053,49	14.277.622,08
Resultantes da execução orçamentária	14.534.053,49	14.277.622,08
Repasse recebido	14.534.053,49	14.277.622,08
Recebimentos extraorçamentários	816.843,33	665.554,94
Inscrição dos restos a pagar processados	614.219,56	-
Inscrição dos restos a pagar não processados	174.065,56	659.924,08
Depósitos restituíveis e valores vinculados	21.958,93	5.630,86
Outros recebimentos extraorçamentários	6.599,28	-
Ordens bancárias não sacadas - cartão de pagamento	462,59	
Arrecadação de outra unidade	6.136,69	
Saldo do exercício anterior	1.221.182,10	2.610.815,56
Caixa e equivalentes de caixa	1.221.182,10	2.610.815,56
TOTAL	16.729.095,16	17.714.994,51

Dispêndios		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
Despesas orçamentárias	14.880.935,44	15.005.058,61
Ordinárias	13.870.050,03	14.850.190,61
Vinculadas	1.010.885,41	154.868,00
Seguridade social (exceto RGPS)	853.869,17	
Outros recursos vinculados a órgãos e programas	157.016,24	154.868,00
Transferências financeiras concedidas	6.136,69	36,80

Independentes da execução orçamentária	6.136,69	36,80
Movimento de saldos patrimoniais	6.136,69	36,80
Despesas extraorçamentárias	644.612,05	1.488.717,00
Pagamento dos restos a pagar não processados	625.879,24	1.483.086,14
Depósitos restituíveis e valores vinculados	18.732,81	5.630,86
Saldo para o exercício seguinte	1.197.410,98	1.221.182,10
Caixa e Equivalentes de caixa	1.197.410,98	1.221.182,10
TOTAL	16.729.095,16	17.714.994,51

Tabela 17 - Balanço financeiro

Fonte: SIAFI

8.5. Demonstrações de Fluxo de Caixa

	2018	2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	51.633,05	-1.314.129,97
INGRESSOS	14.719.165,35	14.444.254,87
Receitas derivadas e originárias	157.016,24	161.001,93
Receita de serviços	157.016,24	160.965,13
Outras receitas derivadas e originárias	-	36,80
Outros ingressos das operações	14.562.149,11	14.283.252,94
Ingressos extraorçamentários	21.958,93	5.630,86
Transferências financeiras recebidas	14.534.053,49	14.277.622,08
Arrecadação de outra unidade	6.136,69	
DESEMBOLSOS	-14.667.532,30	-15.758.384,84
Relações exteriores	-12.535.128,34	-13.646.397,32
Previdência Social	-882.381,27	-887.698,11
(+/-) Ordens bancárias não sacadas - cartão de pagamento	462,59	-
Transferências concedidas	-1.225.615,78	-1.218.621,75
Intragovernamentais	-1.225.615,78	-1.218.621,75
Outros desembolsos das operações	-24.869,50	-5.667,66
Dispêndios extraorçamentários	-18.732,81	-5.630,86
Transferências financeiras concedidas	-6.136,69	-36,80
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-75.404,17	-75.503,49
DESEMBOLSOS	-75.404,17	-75.503,49
Aquisição de ativo não circulante	-75.404,17	-60.952,00
Outros desembolsos de investimentos	-	-14.551,49
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-23.771,12	-1.389.633,46
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	1.221.182,10	2.610.815,56
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	1.197.410,98	1.221.182,10

Tabela 18 - Fluxo de caixa

Fonte: SIAFI

8.6. Notas Explicativas

A UPC executa sua contabilidade pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) conforme a lei nº 4.320/64 e as Normas Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

A Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido – DMPL é obrigatória para as empresas estatais dependentes, desde que constituídas sob a forma de sociedades anônimas, e facultativa para os demais órgãos e entidades dos entes da Federação de acordo com o artigo 186, parágrafo 2º, da lei das S/A.

A sistemática de apuração de custos não se aplica à realidade da FUNAG tendo em vista que as portarias nº 157/2011 e nº 716/2011, do Ministério da Fazenda e do Tesouro Nacional, referem-se aos órgãos central e setoriais do sistema de custos do Governo Federal, nos quais esta UPC não se enquadra. Para geração dessas informações, esta Fundação utiliza de forma genérica a informação de custos dos produtos ou serviços no momento dos registros contábeis no SIAFI.

A Fundação Alexandre de Gusmão observa o disposto na NBC T 16.9 - Depreciação, Amortização e Exaustão, de acordo com as orientações da macrofunção 02.03.30 do manual SIAFI. Observe-se que as normas relativas especificamente à amortização e à exaustão não se aplicam à natureza da Unidade Prestadora de Contas no exercício de 2018.

No que se refere à NBC T 16.10, que dispõe sobre avaliação e mensuração de ativos e passivos em entidades do setor público, esta UPC aplica parcialmente seus dispositivos, utilizando apenas o que corresponde a sua natureza e realidade.

No que tange à “reavaliação e redução ao valor recuperável”, a UPC não trabalha com contas ou grupos de contas cujos valores de mercado variem significativamente em relação aos valores registrados. Portanto, as reavaliações serão realizadas a cada quatro anos, conforme estabelece a NBC T 19.6, item 19.6.4, com relação a reavaliação de ativos.

Esta UPC, desde o exercício de 2013, desenvolveu e implantou o seu próprio sistema de cálculo de depreciação e controle patrimonial. Esse sistema foi concebido e alimentado pelos servidores do quadro de pessoal da FUNAG, sendo mantidos e atualizados pela Divisão de Administração e pelos registros realizados pelo contador da Fundação.

A metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo, bem como a avaliação dos bens móveis é a da macrofunção 02.03.30, conforme exposto no manual SIAFI, tabela de vida útil padrão, item 6.2 e 6.3, que padroniza a estimativa de vida útil e valor residual dos ativos.

A metodologia de cálculo da depreciação é realizada pelo sistema de controle patrimonial que é feita mensalmente e lançada no SIAFI, está de acordo com o item 7.1 e 7.2 da macrofunção 02.03.30 do manual SIAFI, ou seja, a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização.

A taxa utilizada nos cálculos foi a do manual SIAFI, macrofunção 02.03.30, também constante do item 6. 6.2 e 6.3 do citado manual.

Quanto à avaliação e mensuração das disponibilidades, dos critérios de dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido, não se aplicam a esta Unidade Prestadora de Contas, a qual tem sua contabilidade pautada pelas regras contábeis aplicáveis aos órgãos da administração direta e indireta do Governo Federal, o que se encontra refletido nos balanços e demonstrações contábeis desta UPC.

A contabilização da depreciação provocou um impacto negativo com base nos critérios estabelecidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela UPC, a depreciação acumulada, desde 2013, representa 66,59% do valor total do ativo imobilizado em 31.12.2018. O ativo imobilizado da UPC refere-se tão somente a bens móveis.

A baixa de materiais permanentes, bens móveis para doação no exercício de 2018, impactou alteração no saldo da conta 1.2.3.1.0.00.00 – Bens Móveis em relação ao saldo do ano anterior.

9-SEÇÃO 9 (ANEXO II DA DN TCU Nº 170/2018)

9- OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

- **Como a UPC determina os temas a serem incluídos no relatório integrado e como estes temas são quantificados ou avaliados?**

Esta UPC incluiu todos os dados demandados pela legislação específica do Tribunal de Contas da União, aplicáveis às fundações públicas, administração indireta, tendo se utilizado de informações sobre todos os temas da sua gestão em 2018.

9.1. Resumo do processo para determinar a materialidade das informações e descrição dos limites do relato e de como esse limite foi determinado

Os limites deste relatório foram definidos sobre dois aspectos:

- a UPC identificou quais são os custos controláveis e os não controláveis, que definiram as estratégias e os procedimentos a serem adotados pelas áreas de gestão tática da Fundação; e
- definidos os riscos, foram identificadas as oportunidades e impactos relevantes e seus efeitos significativos na capacidade desta UPC para gerar valor, e resultaram em medidas de mitigação para superar os desafios impostos às áreas de gestão tática, que não possuem controle ou influência significativa na alocação de recursos e de seus impactos.

9.2. Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU

Órgão de controle	Processo	Apontamento/ recomendação/ determinação	Emitidas	Implementadas
TCU	Acórdão nº 3071/2018-TCU - 1ª Câmara, de 10/04/2018 - Prestação de Contas Ordinária de Fundação Alexandre de Gusmão relativa ao Exercício Financeiro de 2016 (TC 032.876/2017-3) Julgamento: Contas regulares, com quitação plena, sem recomendações ou determinações. Deu ciência à FUNAG sobre as falhas observadas pela Ciset/MRE no Relatório de Auditoria Anual de Contas 01/2017.	b.1) inadequação do método adotado para estabelecimento das metas dos indicadores de desempenho da unidade, em razão das divergências entre os resultados previstos e os alcançados; e	1	1
		b.2) não exclusão de preços divergentes da média de mercado ao elaborar o mapa de cotações para aquisição de bens e serviços no pregão eletrônico 3/2015, o que poderia ter causado distorção no custo médio apurado e, consequentemente, no valor máximo aceito para cada item licitado no certame;	1	1
TOTAL			2	2

Tabela 19 - Quadro demonstrativo de apontamentos - TCU

Ao tomar conhecimento do Acórdão nº 3071/2018 – TCU -1ª Câmara, de 10 de abril de 2018, que julgaram regulares as contas da Fundação, sem recomendações ou determinações daquela Corte de Contas, foram encaminhados à Secretaria de Controle Interno do Ministério das Relações Exteriores - Ciset/MRE, por meio do Ofício nº 220/2018/PRES/FUNAG, em 06 de junho de 2018, os esclarecimentos desta UPC sobre as falhas identificadas no Relatório de Auditoria Anual de Contas 01/2017, tendo em vista que as citadas falhas não foram objeto de demandas de esclarecimentos junto à FUNAG ao longo do processo de auditoria realizado em 2017.

9.3. Parecer ou Relatório da Unidade de Auditoria Interna



PARECER Nº 01/2019 - AUDITORIA INTERNA

Em conformidade com o disposto no Decreto nº 3.591, de 06 de setembro de 2000 c/c Decreto nº 4.304, de 16 de julho de 2002, que dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e dá outras providências, especificamente em seu artigo 15, parágrafo 6º, que trata da obrigatoriedade de emissão de parecer da Auditoria Interna sobre a prestação de contas anual da entidade, segue, abaixo o competente exame.

O presente parecer tem como objetivo o pronunciamento desta Auditoria Interna – AINT/FUNAG sobre as contas da Fundação Alexandre de Gusmão e a gestão de seus responsáveis, tendo como base os trabalhos desenvolvidos pela Unidade Prestadora de Contas ao longo do exercício de 2018.

Neste contexto, cumpre destacar que a Auditoria Interna teve enfoque constituído sob uma atuação preventiva e orientativa, com base nos resultados de Gestão da Unidade Prestadora de Contas-UPC, conforme Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna - RAIN/2018, encaminhado à Secretaria de Controle Interno – Ciset/MRE.

Destarte, em atenção às orientações emanadas pelo Tribunal de Contas da União - TCU, constantes do sistema e-Contas do portal eletrônico da Corte de Contas, referentes à demonstração das informações relevantes sobre a unidade de Auditoria Interna e sua consequente atuação, faz-se mister, doravante, consignar análise frente a síntese das avaliações e dos resultados e dos requisitos dispostos para o competente parecer nas orientações dispostas do citado sistema e-Contas/TCU.

Sobre os dispositivos legais que fundamentam e regulam a ação e atuação da Auditoria Interna, destaca-se o Decreto nº 3.591, de 06 de setembro de 2000, com as alterações dispostas no Decreto 4.304, de 16 de julho de 2002 e no Decreto 4.440 de 25 de outubro de 2002. Neste mesmo prisma, consta ainda como regulamento a Instrução Normativa nº 09, de 09/10/2018, da Controladoria-Geral da União-CGU, a qual estabelece para a unidade de Auditoria Interna a elaboração de Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT, onde deverá dispor a programação dos trabalhos da unidade de Auditoria Interna da entidade para um determinado exercício, bem como do Relatório Anual de



Atividades de Auditoria Interna – RAIN, no qual deve constar a descrição das ações de Auditoria Interna realizadas pelo órgão pertinente.

Frente aos institutos da independência e objetividade da unidade de Auditoria Interna – AINT/FUNAG na UPC estes são realizados com neutralidade e imparcialidade, sendo assegurada toda objetividade para execução dos trabalhos dentro dos respectivos ditames legais sem subordinação a outras chefias quanto ao julgamento dos resultados, não ocorrendo, portanto, comprometimento da qualidade do mesmo. Neste aspecto, tem-se que as ações da Auditoria Interna são pautadas com independência organizacional e consequente interação direta com a autoridade máxima da Unidade Prestadora de Contas, qual seja, a Presidência da FUNAG, a qual está diretamente vinculada, a fim de apreciar os resultados dos trabalhos, parecer e aprovar o planejamento de auditoria baseadas em riscos. Tudo, em estrita observância aos atos normativos que regem a matéria, sem qualquer ação que possa interferir na capacidade independente da atividade de AINT na condução de suas respectivas responsabilidades.

A unidade de Auditoria Interna pertence a estrutura organizacional da Unidade Prestadora de Contas, sendo estruturada com autonomia e formada por apenas 01 (um) Auditor Interno, o qual é escolhido em conformidade com o disposto no artigo 15, parágrafo 5º do Decreto nº 3.591, de 06 de setembro de 2000, com a devida aprovação da Controladoria-Geral da União. Cabe registrar que durante o exercício de 2018, foi necessária a substituição do Auditor-Chefe da FUNAG em cumprimento à Portaria Nº 2.737, de 20 de dezembro de 2017, da Controladoria-Geral da União – CGU que disciplina o procedimento de consulta para nomeação, designação, exoneração ou dispensa do titular de unidade de auditoria interna ou auditor interno.

Na esteira de ações procedimentais, cumpre consignar que o posicionamento da Auditoria Interna na estrutura da UPC é feito mediante o controle de gestão frente aos riscos nas diversas funções de supervisão de conformidade, com a respectiva avaliação independente e devida apreciação da autoridade máxima da UPC sobre o todo apurado, otimizando assim, a mais ampla governança da organização.

A avaliação dos controles internos é feita sob o enfoque de uma atuação preventiva e orientativa, com base nos resultados de gestão da Unidade Prestadora de Contas devidamente alinhada aos ditames legais pertinentes, referentes à matéria, e no Relatório 



Anual de Atividades de Auditoria Interna, encaminhado anualmente à Secretaria de Controle Interno – Ciset/MRE.

Sabe-se que o controle interno administrativo é o conjunto de atividades, planos, rotinas, métodos e procedimentos interligados, estabelecidos com vistas a assegurar que os objetivos dos órgãos e entidades da administração pública sejam alcançados, de forma confiável e concreta, evidenciando eventuais desvios ao longo da gestão, até a consecução dos objetivos fixados pelo Poder Público. É o poder de fiscalização e correção que a Administração Pública (em sentido amplo) exerce sobre sua própria atuação, sob os aspectos de legalidade e mérito, por iniciativa própria ou mediante provocação.

A metodologia utilizada para a análise de processos foi a de “amostragem”. Todavia, cumpre consignar que ainda que as normas pertinentes à Auditoria Interna estabeleçam o sistema de amostragem para avaliação dos resultados, na Unidade Prestadora de contas foram vistos pela unidade de Auditoria Interna, pontualmente, todos os processos administrativos antes do efetivo pagamento.

Quanto as rotinas, acompanhamentos e implementação pela UPC das recomendações da Auditoria Interna, frente aos apontamentos das análises das ações referentes a possíveis erros, equívocos e/ou lapsos administrativos, sejam os mesmos procedimentais ou materiais, faz-se mister registrar que as Unidades são prontamente orientadas como meio de prevenção e, conforme o caso, recomendações para imediata adoção de medidas sancionadoras dos processos e procedimentos, administrativos, as quais são tempestivamente adotadas pelas respectivas Divisões da UPC.

Desta forma, as competentes deliberações da Auditoria Interna são completamente atendidas, juntamente às dos Órgãos de Controle interno e externo, quais sejam, Ciset/MRE e TCU, sendo, para tanto, estritamente observada toda legislação que rege a matéria em referência a auditoria pública.

Neste contexto, cabe destacar que, ao analisar a Prestação de Contas Ordinária da FUNAG relativa ao exercício financeiro de 2016, o Tribunal de Contas da União emitiu o ACÓRDÃO Nº 3071/2018 - TCU - 1ª Câmara, de 10 de abril de 2018, no qual julgou regulares as contas dos responsáveis à época, bem como deu ciência à Fundação Alexandre Gusmão acerca das seguintes falhas, observadas pela Secretaria de Controle Interno do Ministério de Relações Exteriores - Ciset/MRE, no Relatório de Auditoria Anual de Contas 01/2017, conforme demonstrado no quadro acima. 

Esplanada dos Ministérios, Bloco H, Anexo II, Térreo CEP 70.170-900, Brasília-DF
Telefone: (61) 2030-9132 E-mail: auditoria@funag.gov.br



Ao tomar conhecimento da decisão daquele Tribunal de Contas e após apresentar as justificativas a esta Auditoria Interna, a presidência da Fundação Alexandre de Gusmão se manifestou por meio do Ofício nº 220/2018/PRES/FUNAG, de 06 de junho de 2018, no qual encaminhou a resposta à Ciset/MRE.

Após avaliação desta Auditoria Interna, verificou-se que as respostas apresentadas pela Administração da FUNAG demonstraram que o órgão já vinha adotando medidas para em relação aos fatos apontados pelo Tribunal de Contas da União.

Quanto à sistemática e monitoramento do controle interno da Unidade Prestadora de Contas, cumpre assinalar que a Auditoria Interna da FUNAG atua pautada sob um conjunto de técnicas que visa avaliar a gestão pública pelos processos e resultados gerenciais, bem como a aplicação de recursos públicos dentro dos ditames legais, conforme os itens previstos na instrução normativa supracitada, abaixo elencados:

Ambiente de controle - O ambiente de controle se dá nas dependências da Fundação Alexandre de Gusmão – FUNAG, por meio da análise de todos os dos processos, verificação física dos bens móveis, do almoxarifado e publicação, bem como pelo acompanhamento pelos sistemas oficiais do Governo Federal (SIGPLAN, SIASG, COMPRASNET, SIOrg, SIAFI e SIAPE), por amostragem.

Avaliação de risco – As áreas de risco são definidas previamente como as mais importantes de contínua verificação, dispostas no Plano Anual de Auditoria Interna-PAINT, encaminhado à Ciset até o último dia útil do mês de outubro do exercício anterior ao de sua execução, conforme dispõe a Instrução Normativa nº 09, de 09/10/2018 da Controladoria-Geral da União. No entanto, dado ao número de processos analisados mensalmente por esta Auditoria, não restou constatada a ocorrência de problemas nas áreas consideradas mais vulneráveis e nem nas demais auditadas desta Unidade Prestadora de Contas que pudessem resultar em recomendação formal por esta Auditoria Interna, apenas eventuais equívocos nos procedimentos ou na forma do rito processual que ocorreram de forma reduzida e foram devidamente sanados em tempo hábil, sem qualquer prejuízo frente ao desenvolvimentos das atividades da UPC e seus respectivos procedimentos processuais. Diante da realidade de Auditoria Interna, não foi possível analisar de forma aprofundada os controles internos já estabelecidos na Autarquia, porém esta Unidade iniciou um levantamento dos controles existentes ao visitar cada área do órgão. 



No tocante ao Gerenciamento de Risco, foi observado, ainda, o comprometimento da Alta Direção e do corpo funcional do órgão em busca de permanente aprimoramento sobre o assunto. Durante o exercício de 2018, a Autarquia adotou algumas medidas em ao assunto como: Designação de representantes do órgão nos treinamentos oferecidos pela CGU sobre Integridade; Publicou a Portaria nº 35, de 30 de maio de 2018, no qual designou a Unidade de Gestão da Integridade para atuar na FUNAG; e Publicou a Portaria nº 78, de 29 de novembro de 2018, na qual essa Autarquia estabeleceu o Plano de Integridade.

Procedimentos de controle – Os procedimentos de controle ocorrem de forma periódica e em momentos distintos, por meio de verificações e avaliações das formas de controle, das ações, da adoção de medidas saneadoras ou corretivas e por fim dos próprios procedimentos adotados pelas unidades da Fundação, bem como dos sistemas, visando identificar qualquer probabilidade de ocorrência de erros ou práticas irregulares.

O efetivo controle se dá pela verificação da regularidade das contas e probidade na aplicação dos recursos públicos, pela análise dos processos quanto à execução de contratos e demais objetos constantes dos diversos procedimentos administrativos, pela averiguação dos extratos e relatórios extraídos dos sistemas competentes, pela verificação e contagem física dos bens móveis e materiais de almoxarifado e pelo acompanhamento do cumprimento das determinações legais, gerenciais e das orientações e/ou recomendações desta auditoria e dos Órgãos de Controle Interno e Externo – Ciset/MRE e TCU.

Informação e Comunicação – As informações e/ou comunicações ocorrem por meio de envio de Memorandos à autoridade máxima competente da Unidade Prestadora de Contas, acompanhados de papéis de trabalho, quando o caso, bem como de pronunciamentos em reuniões gerenciais e, ainda, e-mails dirigidos às unidades responsáveis na FUNAG, apontando os casos concretos nos respectivos processos e procedimentos administrativos a serem saneados ou ajustados nas formas adequadas à legislação e correta condução das ações formais, materiais e procedimentais, tendo como resultado o saneamento devido e a atinente resposta das Divisões da UPC quanto ao atendimento à Auditoria Interna.

Monitoramento – Além das ações de auditoria previamente agendadas, o monitoramento se dá de forma diária no acompanhamento das ações e na respectiva análise dos processos e procedimentos. 



Ao realizar a análise sobre a gestão da Fundação Alexandre de Gusmão - FUNAG, Unidade Prestadora de Contas, bem como sobre o Programa que gerencia o Plano Plurianual do Governo, referente à execução, restou constatado que os indicadores de resultados apontam para o desempenho concreto do disposto no mencionado programa, bem como da gestão institucional da Fundação Alexandre de Gusmão, com respectivo sucesso no alcance das metas, demonstrando a eficácia, eficiência e efetividade na atuação e nos resultados impetrados.

Neste contexto, deve ainda ser registrado o esforço dos titulares da Fundação Alexandre de Gusmão, juntamente com a sua Procuradoria Federal e as suas respectivas unidades, no sentido de aprimorar e ampliar a atuação da Fundação, buscando aperfeiçoar os instrumentos de controle interno, de contratação e de execução, ao tempo que atendem às demandas internas e externas, inclusive as orientações e recomendações desta Auditoria Interna.

A Auditoria Interna considera que o Relatório de Gestão da FUNAG, referente ao exercício de 2018, contempla todas as seções elencadas pela Decisão Normativa TCU nº 170, de 19 de setembro de 2018, Anexo II, estando as informações estruturadas conforme o conteúdo estabelecido pela Portaria TCU nº 369, de 17 de dezembro de 2018 e pelo Sistema e-Contas do TCU.

Dessa forma, em face dos exames realizados e dos resultados de gestão, considerando não ter ocorrido qualquer impropriedade que comprometesse a regular aplicação dos recursos públicos executados por esta Unidade Prestadora de Conta, por intermédio de sua respectiva Unidade Gestora, no exercício de 2018, conclui pela REGULARIDADE da Gestão e do Relatório de Gestão referente ao exercício de 2018, da Fundação Alexandre de Gusmão.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.


ROBERTO DE SOUSA ABAD
Auditor-Chefe

Esplanada dos Ministérios, Bloco H, Anexo II, Térreo CEP 70.170-900, Brasília-DF
Telefone: (61) 2030-9132 E-mail: auditoria@funag.gov.br



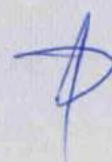
ANEXO II

Programa de trabalho de 2019



Programa de Trabalho Anual

Exercício 2019



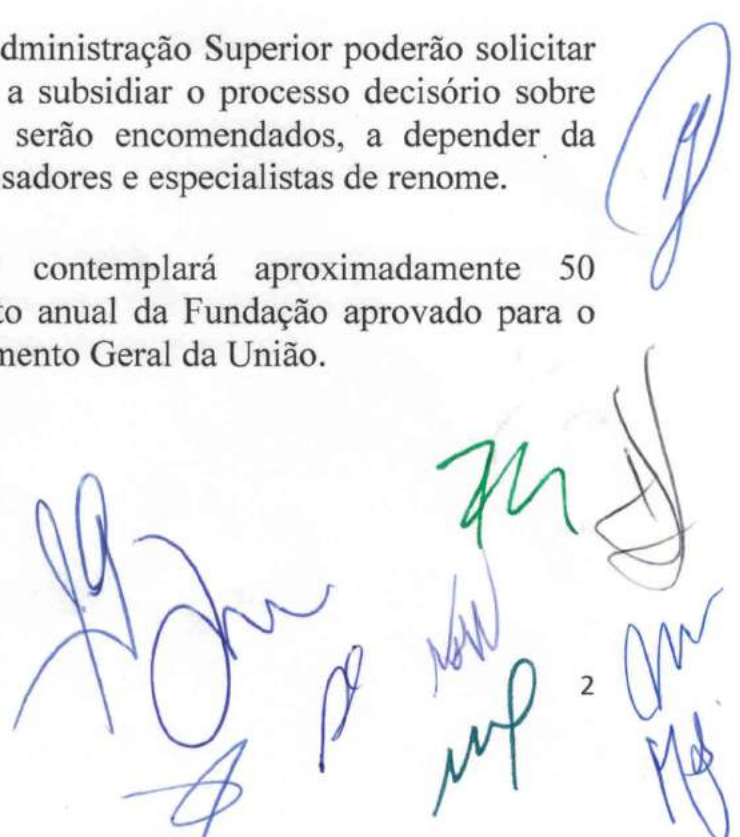
O presente programa de trabalho visa a organizar os debates e pesquisas da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) em torno de áreas temáticas identificadas com base em sugestões de atividades recebidas das Secretarias do Itamaraty (item I.1). Os debates e pesquisas promovidos pela FUNAG também poderão abordar temas transversais (item I.2), propostos por sua relevância para a atual política externa brasileira.

Com base nas áreas temáticas e temas transversais objeto do item I deste programa de trabalho, a Presidência da FUNAG, em coordenação com o Conselho de Administração Superior, definirá as atividades específicas a serem realizadas. Para a realização das palestras, seminários e demais eventos em torno dos temas listados no item I, a FUNAG atuará em estreita sintonia com as unidades correspondentes do Itamaraty e buscará, se for o caso, estabelecer parcerias com outras entidades que tenham *expertise* nesses temas. A depender das demandas das áreas interessadas do Itamaraty, a FUNAG poderá, à luz da disponibilidade orçamentária, realizar cursos para diplomatas estrangeiros.

A Presidência da FUNAG, também em coordenação com o Conselho de Administração Superior, definirá os textos específicos a serem publicados pela FUNAG, com prioridade para o meio digital. O item II deste programa de trabalho relaciona as coleções nas quais se procurará inserir as publicações da FUNAG. Outras publicações poderão ser contempladas com base nos eixos temáticos do item I do programa de trabalho, bem como nos resultados de pesquisas realizadas pelos órgãos específicos singulares da Fundação: o Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI) e o Centro de História e Documentação Diplomática (CHDD).

Os membros do Conselho de Administração Superior poderão solicitar à FUNAG *policy papers*, com vistas a subsidiar o processo decisório sobre temas de política externa, os quais serão encomendados, a depender da disponibilidade orçamentária, a pesquisadores e especialistas de renome.

Este programa de trabalho contemplará aproximadamente 50 atividades, em linha com o orçamento anual da Fundação aprovado para o exercício de 2019, no âmbito do Orçamento Geral da União.



Handwritten signatures and initials in blue, green, and black ink at the bottom of the page.

I – DEBATES/PESQUISAS

I.1 Áreas temáticas

a) Negociações bilaterais e regionais nas Américas

- Relações com os Estados Unidos da América;
- Relações com os demais países das Américas;
- Comércio internacional na América do Sul.

b) Negociações bilaterais na Ásia, Pacífico e Rússia

- Relações com países da Ásia – ênfase na Ásia Central e nos países com os quais o Brasil celebra 60 anos de relações diplomáticas;
- Relações com países do Pacífico;
- Relações com a Rússia.

c) Negociações bilaterais no Oriente Médio, Europa e África

- Desenvolvimentos políticos no Oriente Médio;
- Estabilidade política e desenvolvimento na África no século XXI;
- Nacionalismo e identidade na Europa contemporânea.

d) Soberania nacional e cidadania

- Sistema das Nações Unidas – ênfase na manutenção da paz e da segurança;
- Temas humanitários: refugiados, migrantes e legado das Convenções de Genebra de 1949 (70 anos);
- Base industrial de defesa e política externa;
- Tecnologias da informação e da comunicação no contexto da paz e da segurança internacionais (IBAS);
- Novas tecnologias de armamentos e regulação internacional;
- Oceanos: plataforma continental e biodiversidade marinha.

e) Política externa comercial e econômica

- Diplomacia e inovação científica e tecnológica;
- A atuação do Brasil no Clube de Paris;
- Os grupos de engajamento do G-20;
- A diplomacia do agronegócio;

- A cooperação e o intercâmbio esportivos como instrumento de política externa.

f) Comunicação e cultura

- A nova política externa brasileira: conceitos, contexto e prioridades;
- Cultura, língua e indústrias criativas do Brasil no mundo;
- Patrimônio histórico e cultural do Itamaraty.

I.2 Temas transversais

- Civilização ocidental e globalismo;
- Conservadorismo e liberalismo;
- Promoção da democracia;
- Relações com Estados Unidos, China e Rússia: o grande tabuleiro global;
- Cenário geopolítico e defesa;
- Ciência, tecnologia e inovação;
- Liberdade da internet;
- Política externa como política pública;
- Comércio internacional;
- História diplomática do Brasil.

II – PUBLICAÇÕES

- a) Coleção “Curso de Altos Estudos” ;
- b) Coleção “Relações Internacionais”;
- c) Coleção “Política Externa Brasileira”;
- d) Coleção “História Diplomática”;
- e) Coleção “Memória Diplomática”;
- f) Coleção “Eventos”;
- g) Coleção “Clássicos da FUNAG”;
- h) Coleção “Em Poucas Palavras”;



- i) Coleção “Direito Internacional”;
- j) Coleção “Cadernos de Política Exterior do IPRI”;
- k) Coleção “Cadernos do CHDD”;
- l) Bicentenário da Independência;
- m) “Prêmio Bruno Guerra Carneiro Leão” (monografias em Direito do Comércio Internacional);
- n) Material institucional de divulgação.

Todos os textos publicados pela FUNAG deverão contar com uma versão em português.

A FUNAG buscará, na medida da disponibilidade orçamentária, traduzir as principais obras publicadas para os idiomas inglês e espanhol.

III. DIVULGAÇÃO

- A nova política externa – artigos;
- Ciclos de conferências;
- Plano de mídia eletrônica;
- Feiras e bienais de livros.





ANEXO III

Plano de Mídia Eletrônica

A stylized graphic of a globe, composed of white lines forming a grid of latitude and longitude on a light gray background. The globe is centered on the page, with the title text overlaid on it.

Plano de Mídia Eletrônica



A **Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG)** promove pesquisas, publicações, palestras e debates no campo das relações internacionais, da política externa, e da história diplomática brasileira. A FUNAG busca contribuir para a formação, no Brasil, de uma opinião pública sensível aos problemas da convivência internacional.

O presente plano orientará as atividades de mídia eletrônica da Fundação.

Objetivo

Divulgar as atividades da FUNAG e de temas sobre política externa, relações internacionais e história da diplomacia brasileira.

Diretrizes gerais e ações imediatas

I. Todas as informações das atividades desenvolvidas pela FUNAG, como eventos e lançamentos de livros, inclusive aquelas desenvolvidas pelos órgãos específicos singulares da Fundação – o Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI) e o Centro de História e Documentação Diplomática (CHDD) – deverão ser veiculadas pelo sítio eletrônico institucional da FUNAG, bem como por seus perfis oficiais das redes sociais (Facebook, Instagram, Twitter). Nenhuma unidade ou órgão da FUNAG contará com sítios ou perfis de redes sociais próprios. A manutenção e atualização do sítio institucional e dos perfis de redes sociais da FUNAG é de responsabilidade de sua Presidência.

As divulgações em mídia eletrônica serão realizadas somente após aprovação formal da Presidência da FUNAG. Na ausência temporária ou impedimento do presidente da FUNAG, a aprovação de divulgações consideradas urgentes ficará a cargo da Coordenação-Geral de Projetos (CGP).

As solicitações de divulgação em mídia eletrônica de eventos organizados pelo IPRI e pelo CHDD, bem como de eventuais atualizações de suas seções dentro do sítio institucional da FUNAG, deverão ser enviadas ao endereço eletrônico presidencia@funag.gov.br.

II. A fim de padronizar a identidade visual da FUNAG, a logomarca da Fundação, registrada no Instituto Nacional de Propriedade Intelectual, deverá ser utilizada em todo material de divulgação de todas as atividades da Fundação, inclusive daquelas desenvolvidas por seus órgãos específicos singulares (IPRI e CHDD).



III. A FUNAG contará com apenas uma lista consolidada de endereços eletrônicos para a divulgação de seus eventos, inclusive daqueles desenvolvidos por seus órgãos específicos singulares (IPRI e CHDD). Caberá à Presidência da FUNAG gerir e manter atualizada essa lista de endereços eletrônicos.

As unidades da FUNAG, inclusive seus órgãos específicos singulares, deverão contribuir para a atualização dessa lista mediante o envio à Presidência da Fundação, pelo endereço eletrônico presidencia@funag.gov.br, de sugestões de nomes, acompanhados dos respectivos cargos/funções e dados de contato.

IV. As publicações da FUNAG em seu sítio institucional e seus perfis de redes sociais deverão seguir o Manual de Orientação para Atuação em Mídias Sociais da Secretaria Especial de Comunicação da Presidência da República (SECOM/PR) e o Manual de Redação Oficial e Diplomática do Itamaraty.

V. Deverá ser elaborado novo material de divulgação institucional, incluindo vídeos, postagens para redes sociais e folhetos impressos.

VI. Deverá ser criado novo tipo de informativo, mais sintético e com periodicidade variável (em consonância com o cronograma de trabalho da FUNAG) para difundir os lançamentos de livros, os eventos, entre outras atividades.

VII. A Presidência da FUNAG designará ponto focal para a solicitação de publicações na “Bola do Dia” do Itamaraty.

VIII. Deverá ser fomentado o compartilhamento de conteúdos entre os perfis institucionais de redes sociais (Facebook, Instagram, Twitter) e canais de YouTube do Itamaraty e da FUNAG. A interação entre os perfis institucionais de redes sociais do Itamaraty e da FUNAG contribui para significativo aumento no alcance e no número de visualizações das publicações da Fundação.

Ações específicas para o sítio institucional da FUNAG (sempre sujeitas à aprovação formal da Presidência da Fundação):

I. Propor/publicar notas de livros, ementas, lançamentos, pré e pós eventos (*release* / registro fotográfico / matérias) e de textos relevantes, como discursos



do ministro das Relações Exteriores e de outras autoridades sobre temas relacionados às atividades da FUNAG.

II. Realizar traduções (para o inglês e o espanhol) das notícias publicadas, na medida da disponibilidade orçamentária.

Ações específicas para os perfis nas redes sociais (Facebook, Instagram, Flickr, Twitter) e canal de YouTube, sempre sujeitas à aprovação formal da Presidência da FUNAG:

I. Publicar notas de livros e eventos após divulgação no sítio institucional. O texto deve ser adaptado para as redes sociais (mais curto) e com *link* que leve o usuário ao site da FUNAG. Criar evento no Facebook quando for aberto ao público.

II. Utilizar *hashtags*, inclusive para eventos específicos e na realização de campanhas. Alguns exemplos: #LivroNovo / #BibliotecaDigital / #DownloadGratuito / #LançamentoFUNAG / #AgendaFUNAG / #InformeFUNAG.

III. Responder prontamente às perguntas pontuais de usuários nas redes sociais citadas acima a respeito dos eventos da FUNAG. As respostas não requererão aprovação formal prévia da Presidência da FUNAG.

IV. Monitorar menções à FUNAG com ferramentas de busca de cada rede social, por meio de palavras-chave e alertas google (gmail), para filtrar as citações públicas.

V. “Curtir” e compartilhar as menções positivas à Fundação, com foco na divulgação de livros, eventos e na promoção da Biblioteca Digital (avaliar caso a caso), tendo em vista que a interação gera mais engajamento dos seguidores, que repercute em acessos ao sítio institucional da FUNAG e também em aumento no número de *downloads*.

VI. Implementar o uso do Flickr da FUNAG, para divulgação de fotos das atividades da Fundação.

VII. Criar no sítio institucional uma biblioteca audiovisual, utilizando o YouTube, mediante investimento em vídeos profissionais, tanto institucionais como de registro de eventos, com vinhetas e edição dinâmica.



Dinâmica de divulgação de livros e eventos

I. Uma vez aprovada a publicação pela Presidência da FUNAG, a Divisão de Publicação (DPU) encaminha o arquivo do livro para inclusão no sistema da Biblioteca Digital e, se for o caso, na Loja Virtual do sítio institucional da Fundação.

II. A equipe de mídia eletrônica elabora nota e ementa sobre a obra, que segue para aprovação da Presidência da FUNAG e posterior divulgação no sítio institucional e nos perfis oficiais em redes sociais, bem como mediante e-mails para a lista de endereços eletrônicos consolidada da Fundação.

III. Os cronogramas de atividades da FUNAG deverão ser remetidos pela Coordenação-Geral de Projetos (CGP) à equipe de mídia eletrônica, com antecedência suficiente para a criação de arte e material de divulgação, a serem submetidos para aprovação da Presidência da FUNAG.

IV. Deverão ser colhidos os consentimentos dos palestrantes, por escrito, para cessão de voz, imagem, conteúdo apresentado (inclusive de apresentações do tipo *PowerPoint*) e para transmissão *online*. O termo de autorização será encaminhado pela CGP para preenchimento e devolução pelo palestrante (via e-mail) antes da divulgação e realização do evento.

V. A divulgação dos eventos, uma vez aprovado o formato pela Presidência da FUNAG e obtidos os consentimentos dos palestrantes, será feita no sítio institucional e nos perfis oficiais em redes sociais, bem como mediante e-mails para a lista de endereços eletrônicos. Deverá ser solicitado apoio às unidades competentes do Itamaraty para a divulgação dos eventos da FUNAG, parceiros de eventos.

VI. A equipe de mídia eletrônica realiza a cobertura dos eventos da FUNAG e aqueles requisitados pela Presidência da Fundação para acompanhamento.

VII. O registro fotográfico dos eventos da FUNAG será realizado pelo fotógrafo da Fundação. As fotos deverão ser previamente aprovadas pela Presidência da FUNAG antes de serem compartilhadas e publicadas.

VIII. Os eventos da FUNAG também deverão ser filmados com pelo menos duas câmeras e gravados com adequado equipamento de áudio, a fim de permitir a elaboração de vídeos de qualidade, com edição dinâmica. A divulgação dos vídeos no canal oficial de YouTube e na futura biblioteca audiovisual do sítio



institucional da FUNAG dependerá de aprovação formal por parte da Presidência da Fundação.

Identidade Visual

I. Todos os materiais de divulgação deverão seguir o padrão da SECOM/PR e do Itamaraty, e passar por aprovação prévia da Presidência da FUNAG.

II. Os *banners* de divulgação serão realizados pelo *webdesigner* da FUNAG e submetidos pela equipe de mídia eletrônica à aprovação da Presidência da Fundação, para aprovação e posterior divulgação no sítio institucional e nos perfis oficiais de redes sociais, por correio eletrônico e por parte dos parceiros.